

# *Desafios 15*

*Cadernos de trans\_ formação*

*Maio de 2016*



*Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia*



ISSN: 2183-7406

*Ousar ser autor nos tempos de crise*

## Ficha técnica:

**Direção:**

José Matias Alves

**Coordenação deste número:**

Luisa Orvalho

**Edição:**

Francisco Martins

**Colaboradores permanentes:**

Ana Paula Silva

Alexandra Carneiro

António Oliveira

Cristina Bastos

Cristina Palmeirão

Fátima Braga

Fernando Alexandre

Fernando Costa

Filomena Serralha

Goreti Portela

Ilídia Cabral

João Rodrigues

João Veiga

Joaquim Machado

Joaquina Cadete

Jorge Nascimento

José Maria de Almeida

José Reis Lagarto

Luísa Orvalho

Luísa Trigo

Lurdes Rodrigues

Manuela Gama

Manuela Ramoa

Maria do Céu Roldão

Maria de Lourdes Valbom

Maria Peralta

Rita Monteiro

Rodrigo Queiroz e Melo

Teolinda Cruz

Valdemar Almeida

Vítor Alaiz

## Colaboram neste número:

- Maria da Glória Leite | Subdiretora do Agrupamento de Escolas José Estêvão (AEJE), em Aveiro.
- Manuela Guimarães | Diretora Pedagógica da FORAVE.
- Helena Venda Lima | Professora de Prática coral na Escola de Música de Esposende. Diretora Coral do Coro de Pequenos Cantores de Esposende e Coro Ars Vocalis.
- João Lázaro | Diretor Técnico-Pedagógico da Escola Profissional da Região Alentejo – Évora.
- Manuela Baião | Diretora Pedagógica da Escola Profissional de Vale do Tejo, Santarém.
- Sílvia Fernandes | Professora de Inglês e Alemão na Escola Profissional de Salvaterra de Magos, desde 2006.
- Margarida Caldeira | Professora de Português / Diretora de Turma / Apoio à Direção Técnico-Pedagógica, na ESCO – Escola de Serviços e Comércio do Oeste, Torres Vedras.
- Lúgia Magalhães | Professora de Biologia e Adjunta do Diretor da Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento -S. Tirso.
- Lúcia Fradinho | Professora de Matemática da Escola Secundária com 3º ciclo de Albergaria-a-Velha.
- Ana Barbosa e Natália Nogueira | Professoras da Escola Profissional Raul Dória, Coordenadoras dos SuperJovens.
- Orquídea Martins e Jorge Gonçalves | Professores do Agrupamento de Escolas de Aveiro.
- Jorge Vieira da Silva | Diretor Geral e João Paulo Lopes | Diretor Pedagógico da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal.



## Índice

Editorial .....	5
Nota Introdutória .....	7
Percorrendo Trilhos do Ensino Profissional no AEJE .....	11
Educar para a Carreira → Passaporte para o Emprego.....	21
Muito para além da sobrevivência: Escola de Música de Esposende .....	26
Desafios na transformação da escola para o século XXI: o caso da EPRAL .....	31
#ensinoprofissional#projetos#escola .....	38
Desafios constantes de uma professora em tempos de mudança.	
“Muito trabalho, muita atenção e muito cuidado!” .....	44
Missão: Professor – chegar a todos e a cada um.....	49
A necessidade da formação de professores.....	52
Matemática, o positivo do saber! .....	59
<i>Superjovens</i> da Escola Profissional Raul Dória .....	65
A reintegração social do detido num Estabelecimento Prisional .....	68
ETAP, uma Escola das Empresas e para as Empresas! .....	83

## Editorial

### Uma Pedagogia da Desaprendizagem

A escola é um espaço tempo de aprendizagem. Este é o foco que deve mobilizar a atenção de todos os responsáveis pela ação educativa. A planificação, a organização e as decisões devem visar a criação de melhores oportunidades de aprendizagem. Em primeiro lugar, a aprendizagem dos alunos. Nenhum pode ficar à margem deste processo de crescimento. Mas também a aprendizagem dos professores, dos funcionários e dos pais e encarregados de educação. Todos são convocados para aprender novos conceitos, novas visões e disposições, novos métodos que aumentem as probabilidades de aprender. Como dizia António Nóvoa, o centro (e o sentido) da escola é a aprendizagem e as pessoas que a realizam.

Mas a aprendizagem significa, muitas vezes, a desaprendizagem. Fernando Pessoa pela visão de Alberto Caeiro sabia-o:

*O essencial é saber ver,  
Saber ver sem estar a pensar,  
Saber ver quando se vê,  
E nem pensar quando se vê  
Nem ver quando se pensa.*

*Mas isso (tristes de nós que trazemos a alma vestida!),  
Isso exige um estudo profundo,  
Uma aprendizagem de desaprender  
(poema XXIV)*

Trazemos a *alma vestida* de rotinas, de preconceitos, de mitos e ilusões. Precisamos *deraspar a tinta com que nos embotaram os sentidos* (Alberto Caeiro) para ver a realidade das pessoas que são a escola. Para ouvir e escutar os pedidos silenciosos de muitos alunos que usualmente ficavam abandonados de si mesmos no fundo da sala. Para sentir os apelos inauditos e compreender os motivos das recusas e do não querer.

O Ensino Profissional tem sabido estar na vanguarda deste processo de construção de futuros. Este número comprova, mais uma vez, isso mesmo. Parabéns a todos os que não desistem de *inventar dias mais claros*. E uma palavra de gratidão à *mater* desta dinâmica: doutora Luísa Orvalho.



**José Matias Alves**  
**Coordenador do SAME**  
**Diretor-Adjunto da FEP**

## Nota Introdutória



**Luísa Orvalho<sup>1</sup>**

Este número do ***Cadernos de trans\_ formação maio de 2016*** dá continuidade a uma nova fase de testemunhos - a reflexão sobre as estratégias de formação inicial e contínua e os impactos no desenvolvimento profissional e organizacional dos professores e das escolas do Ensino Profissional e Artístico.

E porque este mês se realiza a V Edição dos Encontros AR RISCAR alargamos o âmbito dos testemunhos, criando novas oportunidades de reflexão com a partilha de boas práticas ao nível das Provas de Aptidão Profissional e da Formação em Contexto de Trabalho, mostrando como se podem tecer as redes para uma articulação mais eficaz entre os diferentes atores do território, entre os diferentes saberes e como fortalecer o compromisso com o conhecimento e a ciência, enquanto ferramenta para a ação, para aumentar a qualidade do emprego, a capacitação e o desenvolvimento das pessoas e do território, o desenvolvimento do Ensino Profissional e Artístico, através do trabalho colaborativo entre professores, formadores, empresas e autarquias. Um testemunho especial do papel da escola e do seu contributo ressocializador para a reintegração social do detido em estabelecimento prisional.

**Maria da Glória Leite**, subdiretora do Agrupamento de Escolas José Estevão, em Aveiro, aposta na aprendizagem com sentido e apresenta exemplos de boas práticas de como foi possível na sua escola alterar as práticas de sala de aula indutoras de sucesso efetivo para os alunos dos cursos profissionais, preparando-os já para os novos desafios.

---

<sup>1</sup> Coordenadora do eixo “Valorização do Ensino Profissional” do SAME / Consultora SAME / Investigadora de Pós Doutoramento na FEP| UCP|CEDH

**Manuela Guimarães**, diretora pedagógica da FORAVE, em Vila Nova de Famalicão, um concelho altamente industrializado, cuja missão, ao nível da educação e formação, é articulada e pensada por um conjunto de empresas e entidades locais, para criar respostas técnicas, à medida das suas necessidades em recursos humanos, orienta a sua ação por valores de ética social e profissional, sustentados por uma política de melhoria contínua, focada nos resultados do sucesso escolar e na empregabilidade dos seus alunos, sustentáculo do investimento e crescimento das empresas e do desenvolvimento local. Os exemplos de programas para reforçar o ensino profissional e a ligação das escolas às empresas mostram como estes estão a contribuir para “formar e encontrar empresas que integrem os seus diplomados nas suas fileiras como seus colaboradores”.

**Helena Venda**, mestranda do Ensino de Música, na Escola das Artes, professora de prática coral na Escola de Música de Esposende (EME), diretora Coral do Coro de Pequenos Cantores de Esposende e do Coro *Ars Vocalis*, mostra como num município que se pretende educador está a ser possível, aliar a missão da escola do ensino artístico ao projeto educativo e cultural municipal, para em conjunto dar cumprimento às ambições ligados ao território. “Esta realidade só se pode imaginar possível quando a visão pedagógica do projeto [EME] vai para além do plano de atividades ou sobrevivência financeira”.

**João Lázaro**, diretor técnico-pedagógico da Escola Profissional da Região Alentejo(EPRAL) - Évora, convida as escolas para “um debate experimental em torno de estratégias inovadoras de formação, centradas no eixo *formação em contexto de trabalho*, realizadas em contextos reais de trabalho, devidamente comprovadas, tanto a nível nacional como internacional, integrando-as na avaliação da proficiência das competências profissionais dos formandos, através do seu reconhecimento, validação e creditação”, de forma a potenciar a empregabilidade dos diplomados dos cursos profissionais, no seguimento da Circular nº1/ ANQEP/2016, sobre a referenciação dos cursos profissionais ao Catálogo Nacional das Qualificações(CNQ).

**Manuela Baião**, diretora pedagógica da Escola Profissional do Vale do Tejo, em Santarém, afirma as suas convicções mais profundas do que considera “ser ensino profissional”: desenvolvimento curricular integrado e por projetos, assente em trabalho colaborativo das equipas educativas de cada curso, o uso das novas tecnologias nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação, a avaliação essencialmente formativa e formadora, o estreitamento de parcerias com a comunidade,... e aponta a necessidade de se



(re)pensar algumas políticas educativas atuais e de formação dos professores para que as práticas de ensino possam edificar a escola de hoje que desejamos.

**Sílvia Fernandes**, professora de inglês e alemão da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, partilha a experiência positiva, o fascínio e o encantamento que sentiu e vivenciou, ao iniciar a sua carreira de professora numa escola profissional, e o entusiasmo e o comprometimento que continua a ter no exercício do cargo de orientadora educativa, pela dinâmica que a modalidade de dupla certificação do ensino profissional exige, o clima, organização e cultura de escola, a relação personalizada entre o professor e o aluno, as regras e os níveis de exigência, a que o modelo apela. O seu desejo é que cada um **“Don’t be the same, be better!”** se queremos formar jovens capazes de enfrentar o mundo em constante mudança.

**Margarida Caldeira**, professora de português, diretora de turma, com funções de apoio à direção técnico-pedagógica, na ESCO – Escola de Serviços e Comércio do Oeste, em Torres Vedras, reflete sobre a sua função de professora, e como teve de *desaprender* muito do que tinha como certo para depois construir de novo, ao frequentar a oficina de formação, centrada na sua escola, sobre “como ensinar, aprender e avaliar no Ensino Profissional” respondendo ao desafio de elaboração e desenvolvimento de um plano de melhoria, co-construído pela equipa pedagógica dos cursos profissionais. Para que “sejamos verdadeiramente professores do século XXI, temos, de facto, de chegar a todos e a cada um, só assim a escola será uma instituição que promove o sucesso”.

**Lígia Magalhães**, professora de biologia e adjunta do diretor da Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento (EPACSB), em S. Tirso, reconhece a urgência de alterar metodologias, de diversificar estratégias, de mudar mentalidades, de mudar práticas de ensino, de promover uma cultura profissional colaborativa, e a necessidade de **formação contínua** orientada para o reforço dos projetos curriculares integradores que promovam a melhoria da qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos do ensino profissional. Exemplos ilustrativos de como os projetos integradores, já concluídos ou em desenvolvimento na EPACSB, contribuíram e estão a promover a qualidade das aprendizagens e do sucesso escolar dos alunos.

**Lúcia Fradinho**, professora de matemática na Escola Secundária com 3º ciclo de Albergaria-a-Velha, partilha as suas angústias iniciais como professora dos cursos profissionais, mas também, e essencialmente, as suas “vitórias”, mostrando como

conseguiu, e está a conseguir fazer aprender Matemática aos seus alunos do ensino profissional, com interesse, com gosto, dedicação, curiosidade, e sobretudo reconhecendo a sua aplicação nas situações do dia-a-dia, através da resolução de problemas.

**Ana Cláudia Barbosa e Natália Nogueira**, professoras da Escola Profissional Raúl Dória, no Porto, coordenadoras de um projeto de voluntariado que permite aos **SuperJovens** desenvolver competências interpessoais e intrapessoais essenciais para a vida e para o trabalho.

**Orquídea Martins e Jorge Gonçalves**, professores do Agrupamento de Escolas de Aveiro, trazem-nos a experiência da escola responsável pela formação escolar dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Aveiro, na organização de todos os ciclos de ensino básico e secundário, na modalidade de Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos, e o contributo para a sua ressocialização.

**A Direção** da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal (ETAPP), a primeira escola profissional criada em Portugal, apresenta-nos as razões porque **é uma Escola das Empresas e para as Empresas!** A ETAP tem na tem na estrutura acionista mais de 40 das principais empresas da região, ficando estas com a maioria do capital social da entidade proprietária da escola e no conselho de administração vários empresários, criando condições únicas de aprendizagem, em termos de instalações e equipamentos, que reproduzem o ambiente fabril, por exemplo da indústria de transformação de polímeros, bem como na área da maquinaria. Este modelo tem como objetivo transpor para a formação dos alunos a experiência e o conhecimento do mundo empresarial, bem como aumentar os níveis de empregabilidade, permitindo que as empresas consigam influenciar, de forma positiva para a satisfação das suas necessidades, as opções das escolas em termos de oferta formativa, que os alunos possam garantir, com maior facilidade, a integração no mercado de trabalho e que as escolas sejam "obrigadas" a repensar as próprias práticas pedagógicas.

Espero que neste Caderno encontre **DESAFIOS** para se **TRANS\_FORMAR!** sem esquecer que em alguns casos "... isso exige uma aprendizagem de *desaprender*" (*Alberto Caeiro*).

## Percorrendo Trilhos do Ensino Profissional no AEJE

Um ano letivo de (boas) práticas a fazer a diferença



**Mª da Glória Neto Leite<sup>2</sup>**

*"Servir os outros não é apenas uma forma de fazermos bem ou sentirmo-nos bem, é um caminho para a responsabilidade social e cidadania. Quando estreitamente ligado à aprendizagem em sala de aula... é um cenário ideal para fazer a ponte entre a sala de aula e a rua, entre a teoria da democracia e sua prática muito mais turbulenta... Servir é um instrumento da pedagogia cívica..."*

*(In Projeto de Intervenção do Diretor do AEJE 2014-2018)*

Do ponto de vista gestor, do dia a dia dos líderes de topo das organizações escolares é necessário ter bem definidos e presentes os objetivos, a missão, os meios, os recursos para que a organização seja simultaneamente eficiente, eficaz, humanamente aberta, organizada. Enfim que siga o propósito maior de servir os seus alunos, os seus professores, os pais e encarregados de educação e o pessoal não docente. A visão orientadora, a estratégia, o planeamento, a operacionalização e a concretização consequente, devem fazer parte do quotidiano de quem lidera com intensidade, de quem aposta continuamente na melhoria, de quem almeja a excelência. Liderar para (o) e em contexto significa conhecer o mesmo, do ponto de vista macro, não descurando a visão micro de intervenção, pelo que ela tem de individualização, de diferenciação, de proximidade, de especificidade. Sabemos que as lideranças são indutoras e promotoras de diferenças conforme está sobejamente descrito na literatura da especialidade,

---

<sup>2</sup> Subdiretora do Agrupamento de Escolas José Estêvão (AEJE), em Aveiro.

*iv) as lideranças, de topo e intermédias, para a aprendizagem e autorregulação dos processos e resultados, centradas na gestão curricular e pedagógica, conhecedoras dos modos de ensinar dos professores, povoadoras e indutoras de dinâmicas de implicação e compromisso na organização-escola, atentas às aprendizagens dos alunos e da comunidade, na utilização e gestão da informação como recurso, constituem importantes forças motrizes e fontes de energia no sulcar dos caminhos de possibilidades de maior equidade, eficiência e sucesso educativo e de desenvolvimento da escola (Verdasca, 2016, p.1).*

que conduzem as organizações a caminhos de sucesso (ou de insucesso) conforme se verifica na praxis, as mesmas têm de deter o conhecimento específico e técnico que lhes permita decidir de acordo com os desígnios de evolução do País, atentos ao serviço público de educação que prestam. Nas leituras que estou a realizar (por força de outra tarefa enquanto subdiretora do AEJE), nas reuniões onde tenho estado presente naquela qualidade, tenho vindo a constatar as realidades que influenciam a nossa vida na Escola e que condicionam a nossa intervenção. Falamos de ensino básico, mas poderíamos falar de ensino profissional, afinal a aprendizagem com sentido é um conceito transversal.

Nas páginas centrais da revista do Expresso, do dia 19 de março de 2016, a pergunta deixada por um diretor de agrupamento de escolas era, ao mesmo tempo, inquietante e desafiante: “Gostava de saber se há alguém que prefira ser operado numa sala de cirurgia de há 40 anos ou numa atual, com equipamento moderno. *Com o ensino é a mesma coisa*” (Revista Expresso, de 19 de março de 2016, p. 49). *Este é o enorme desafio da escola atual* (Verdasca, 2016).

No ano letivo que se aproxima rapidamente do final, no nosso Agrupamento demos particular relevância ao contexto dos Cursos Profissionais e procurámos alterar a sua imagem interna e externa, mas a tónica foi posta na necessidade de se fazerem aprendizagens diferenciadas que sejam refletidas no sucesso efetivo dos formandos, atendendo ao nosso ponto de partida - taxa de conclusão dos cursos com números muito baixos. Foi elaborado um novo Regulamento dos Cursos Profissionais que se tem tornado um documento orientador para todos os intervenientes nos Cursos, que procura intervir ao nível organizacional e pedagógico. Daqui decorreu a implementação do **Gabinete de Recuperação do Profissional** onde os formandos puderam e podem, de acordo com as regras estabelecidas, com os recursos humanos disponibilizados, “recuperar” os módulos

que tinham em atraso. De facto, esta medida tem sido de especial importância para trabalharmos simultaneamente dentro e fora da sala de aula, prosseguindo o sucesso do formando, ajudando-o a terminar o seu curso em três anos, conforme se espera e deseja. Não temos ainda números finais, mas é evidente, das avaliações intermédias que temos feito que, o número de formandos (de 2º e 3º anos) com módulos em atraso em diferentes disciplinas, nas distintas áreas dos cursos decresceu em larga percentagem. Possibilitar aos formandos que frequentem o Gabinete ao longo do ano letivo, repondo as horas definidas em Regulamento, sendo ajudados individualmente e/ou pequeno grupo para que, através dos instrumentos de avaliação negociados com os responsáveis pelo Gabinete, possam obter sucesso aos módulos em atraso, tem sido uma medida de enorme valor.

O sucesso educativo já não reside maioritariamente na reprodução de conteúdos, mas na extrapolação daquilo que sabemos e na sua aplicação criativa a situações novas. Ou seja, o mundo já não recompensa as pessoas apenas por aquilo que sabem — o Google sabe tudo — mas por aquilo que conseguem fazer com isso. Por isso, a educação tem cada vez mais que ver com o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico, da resolução de problemas e da tomada de decisões; e com formas de trabalho que implicam comunicação e colaboração. Se passarmos toda a nossa vida fechados numa única disciplina, não conseguiremos desenvolver as competências para perceber de onde virá a próxima grande invenção (Schleider, A., 2016).

Distinguimos como segunda boa prática a integração do AEJE num Projeto Internacional de ligação **Learners-Teachers-Employers** - LetEem. O Projeto desenvolvido pela Agência Internacional Europeia, em conjunto com Organizações, Escolas e Empresas selecionadas nos diferentes países europeus (Finlândia, Roménia, Portugal) teve como objetivo propiciar a interligação, interação, desenvolvimento de trabalho de Projeto, incremento de criatividade, surgimento de novas ideias, implicação entre a comunidade educativa e o tecido empresarial. De facto, no caso do nosso Agrupamento, apresentado, em Setembro de 2015, em Helsínquia, desafiámos a Empresa Weber-Saint-Gobain a trabalhar com os nossos alunos do 2º ano do Curso de Design de Equipamento, a sua capacidade de desenvolver projetos de acordo com as orientações da empresa, que fossem necessários à empresa e que fizessem sentido aos formandos. Após a vinda à Escola dos empresários, seguiu-se uma visita às instalações da empresa em Aveiro, onde os alunos foram desafiados a projetar os brindes de oferta do 350º Aniversário da Empresa que

ocorreu em 2015, para os diferentes clientes da Weber, de acordo com os orçamentos propostos pelo empregador, preferencialmente usando alguns dos materiais fabricados pela empresa. O trabalho seguinte foi interno à Escola, teve orientação dos professores das áreas técnicas, teve avanços e recuos, teve momentos de génio e de desânimo, teve momentos de crescimento e de amadurecimento. Seguiu-se a primeira visita de apresentação dos trabalhos dos alunos ao empregador, a sua discussão, o *feedback* do empregador para a reformulação de propostas e a aceitação de outras. Mais trabalho interno foi desenvolvido e novas visitas foram realizadas. De facto, para além de alteração de postura dos alunos antes e durante as sucessivas visitas à empresa, foi notória a evolução do grupo de trabalho, quer ao nível da responsabilidade, quer ao nível da qualidade dos trabalhos apresentados. Algumas das propostas colheram *feedback* muito favorável do empregador, e estão em estudo para serem comercializadas. Sobre esta medida em concreto, devemos realçar a forma de abordagem diferenciada, a proximidade criada entre o empregador, os professores e o grupo de alunos envolvido que proporcionou a todos os intervenientes uma visão integrada de como deve ser realizado o trabalho de formação muito para além do que tinha sido desenvolvido até então.

O **Projeto Escola em Viagem**, da responsabilidade da MoviJovem procura levar os alunos a conhecer o seu país, usufruindo de estadia gratuita nas Pousadas de Juventude, até duas noites, num total de 50 alunos por estabelecimento de ensino. Pela primeira vez, este ano, o AEJE concorreu com dois Projetos a esta medida. “Alunos viajando com sentido (s)” e “Viagem ao berço da Nação” foram os dois projetos ganhadores num concurso que envolveu dezenas de escolas e de projetos. O processo de ensino aprendizagem requer a utilização constante de ferramentas adequadas à permanente motivação dos grupos de alunos com os quais as equipas pedagógicas trabalham anualmente. Requer o conhecimento intrínseco, em contexto e contextualizado dos grupos turmas com os quais traçamos o caminho anual e diário de aquisição de aprendizagem, de desenvolvimento das *softskills* necessárias ao desempenho de cada aluno como futuro cidadão consciente e interventivo no desenvolvimento do seu país e da comunidade europeia da qual faz parte. Constituiu, nas palavras do nosso diretor transpostas para o seu Projeto de Intervenção, um olhar para a Escola com olhos inovadores, no respeito pela diversidade enriquecedora, mas que não olvida a exigência à medida exata daquilo que cada um pode contribuir. Quisemos manter-nos num caminho de diversificação pedagógica ao nível das aprendizagens dos alunos dos

cursos profissionais. Atente-se, pois, nas palavras dos teóricos os quais realçam a importância da motivação como facto de sustentabilidade e de incremento do sucesso educativo para todos e para cada aluno. É esta a perspetiva defendida por Lurdes Veríssimo (2014) quando se refere a “Eu posso levar um cavalo até à fonte. Posso obrigá-lo a beber?”. A autora, segundo José Matias Alves, aponta e realça a importância da definição de motivação intrínseca e extrínseca e para a necessidade imperiosa do professor fazer um inventário prévio e de diagnóstico, no sentido de conhecer com profundidade os interesses de todos e de cada aluno, desenvolvimento a perspetiva grupal, mas também a de cada indivíduo. Atendeu-se por esta via, aos diferentes estilos de aprendizagens, bem como às múltiplas inteligências existentes em sala de aula. Apostou-se, sobretudo, na motivação permanente e no otimismo e esperança que não devem nunca deixar de estar presentes no ato de ensino aprendizagem. Também Miguel Angelo Santos Guerra, no mesmo E-book refere a enorme importância e coligação existente entre a melhoria dos processos e resultados educativos e a enorme relevância com a direção da Escola, particularmente no sentido da liderança pedagógica e do discurso pedagógico motivador do líder. Através da metáfora do fenómeno das feromonas da maçã que aceleram o crescimento da fruta que lhe está próxima, assim deve ser a focalização do discurso do líder pedagógico de uma escola/agrupamento que deve contagiar, galvanizar rapidamente para que as sinergias se dissipem em prol do sucesso educativo com sentido, consentido e com sentidos. Dando resposta aos desafios da direção os professores elaboraram os projetos, planearam, planificaram, realizaram as visitas de estudo às cidades de Lisboa, Sintra, Mafra, Guimarães e Braga, planeadas de acordo com o modelo de Projeto Integrado e Integrador, envolvendo todas as turmas de 2º ano dos cursos profissionais do AEJE, a turma do 3º ano de Curso Técnico de Programação e Gestão de Sistemas Informáticos e ainda uma turma de 10º ano de Ciências e Tecnologias.

*Trazemos a alma vestida de rotinas, de preconceitos, de mitos e ilusões. Precisamos de raspar a tinta com que nos embotaram os sentidos (Alberto Caeiro) para ver a realidade das pessoas que são a escola. Para ouvir e escutar os pedidos silenciosos de muitos alunos que usualmente ficavam abandonados de si mesmos no fundo da sala. Para sentir os apelos inauditos e compreender os motivos das recusas e do não querer (Matias Alves, in Correio da Educação da AE Alcides de Faria, maio 2016)*

O convite para aderir ao Projeto de mobilidade de alunos dos cursos profissionais no estrangeiro no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e do Programa Erasmus+ Plus surgiu em boa altura e foi de imediatamente agarrado. Temos dez alunos, de dois cursos diferentes, a fazer FCT em três países europeus. De facto, o processo de habilitação individual e voluntária às vagas através da apresentação de carta com explicitação de razões e de expectativas, a seleção através de entrevista, a formação na língua do país onde iriam ser colocados, o encontro com empresários de sucesso da região, as reuniões de preparação entre professores, formandos, famílias e entidade coordenadora do projeto foram cruciais para preparar previamente os alunos que partiriam para a primeira aventura da sua vida, longe das famílias. As reuniões já realizadas nas atividades de acompanhamento com empregadores permitem dizer que o AEJE tem não só preparado os seus formandos como profissionais competentes, mas também como jovens responsáveis, pontuais, assíduos, educados, empreendedores, simpáticos, embuídos, portanto das *softskills* necessárias ao profissional do século XXI. Acreditamos que é este o caminho que pode alterar as práticas de sala de aula indutoras de sucesso efetivo para os alunos dos cursos profissionais, preparamos já outros desafios e apostamos em mais alguma inovação pedagógica, do trabalho deste ano a organização AEJE tirará as suas conclusões, aprenderá, como organização aprendente com as boas práticas e identificará as fragilidades a melhorar, continuará a “tomar conta do seu jardim”, conforme cumpre.

Se as organizações forem vistas como jardins, então os líderes não podem ordenar que cresçam. Estes devem enfrentar a imprevisibilidade, as influências ambientais, o trabalho em equipa e os fatores de risco inerentes à tentativa de desenvolver algo. Os líderes só podem promover o crescimento mediante a reorganização das condições e das estruturas. Para os jardins, estas condições são o sol, a humidade, o solo, os nutrientes e a temperatura; para as escolas, são o tempo, o espaço, os materiais, os incentivos, a formação, a colegialidade, o respeito, a confiança e os recursos humanos. (Moreira, 2016 adaptado de *Louis, Toole & Hargreaves, 1999*).

#### **Referências Bibliográficas e webgráficas:**

Matias Alves, J. (2016).Disponível em <https://www.facebook.com/jose.matiasalves> [consultado em 1 de maio de 2016].



Matias Alves, J. e Machado, Joaquim (orgs). (2014). *Melhorar a Escola-Sucesso Escolar, Disciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas*. Coleção e-Book. Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora.

Moreira, Luísa (2016, adaptado de Louis Toole & Hargreaves, 1999). Trabalho apresentado na ação de formação Curso de Formação em Planeamento da Ação Estratégica de Promoção da Qualidade das Aprendizagens. Braga: Hotel Basic Braga.

Santos, Fernando (2014). Projeto de Intervenção de Candidatura ao cargo de diretor do Agrupamento de Escolas José Estêvão. Aveiro: AEJE.

Schleider, Andreas (2016). Disponível em <https://www.facebook.com/jornalexpresso/posts/10153872836127949> [consultado em 1 de maio de 2016].

Verdasca, J. (2016); *Nota de Apresentação de Ação de formação - Planeamento da ação estratégica de promoção da qualidade das aprendizagens*. Braga: Hotel Basic Braga.



Figura1 – Apresentação de Trabalhos na Empresa Weber- Saint Gobain



Figura 2 – Trabalhos realizados pelos alunos para a Empresa Weber-Saint Gobain



Figura 3 – Visita de Estudo – Estádio do Jamor



Figura 4- O aluno que está em Tallín a desenvolver FCT

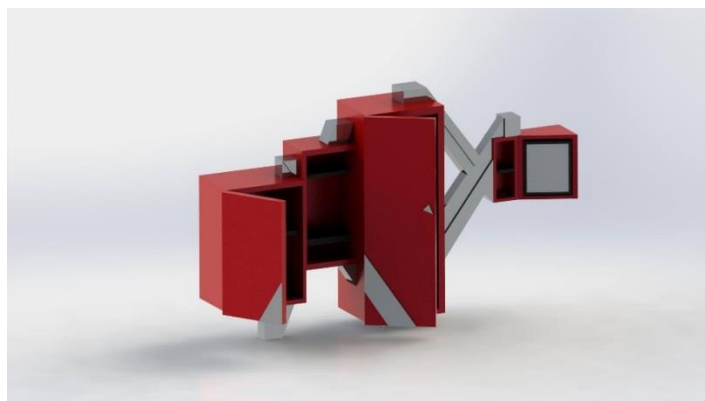


Figura 5-Trabalho de aluno de FCT



Figura 6 – A aluna que está em Sevilha em Formação em Contexto de Trabalho



Figura 7- Trabalho realizado pela de aluna na FCT

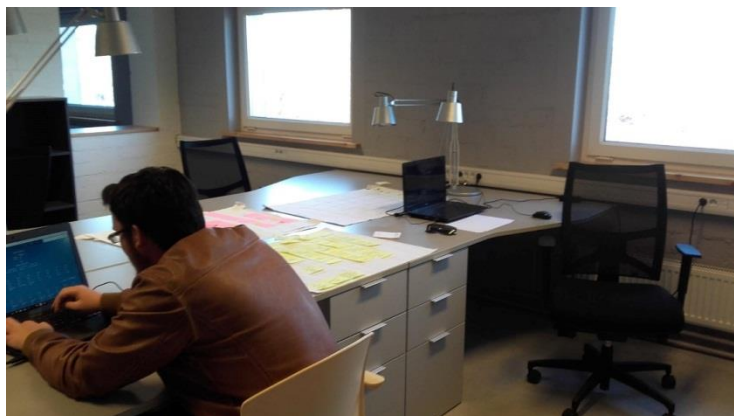


Figura 8- Local de Formação em Contexto de Trabalho - Tallín

## Educar para a Carreira → Passaporte para o Emprego

Promover uma educação orientada para a carreira



**Manuela Guimarães<sup>3</sup>**

*“Os Cursos Profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional. (...) Tendo em conta o teu perfil pessoal, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local.”*

*ANQEP – Formação Jovens, Cursos Profissionais*

A incorporação deste princípio é absolutamente necessária para o sucesso do Ensino Profissional. As áreas de formação têm que corresponder às necessidades das empresas locais, a orientação vocacional dos jovens é o princípio de garantia do êxito e a aprendizagem tem que ser integral, nos domínios do saber ser e do saber fazer, em estreita ligação com as empresas.

Cabe a cada escola, no âmbito do seu Projeto Educativo definir a sua ação em complementaridade com o eco sistema social, económico e educativo em que se insere, criar as respostas necessárias ao meio e acrescentar valor à comunidade, através da educação e formação dos seus cidadãos e da promoção da sua empregabilidade.

A Escola Profissional FORAVE vive esta Missão há 25 anos e orienta a sua ação por valores de ética social e profissional, sustentados por uma política de melhoria contínua, focada nos resultados do sucesso escolar e na empregabilidade dos seus alunos. Inserida num concelho altamente industrializado a FORAVE foi pensada por um conjunto de empresas e entidades locais, para criar respostas técnicas, em articulação com o meio empresarial, à

---

<sup>3</sup> Diretora Pedagógica da FORAVE



medida das suas necessidades de RH - recursos humanos, sustentáculo do investimento e crescimento das empresas e do desenvolvimento local.

Este desafio criou na FORAVE uma necessidade de estar sempre atualizada para poder estar alinhada com os seus parceiros e ter a capacidade de encontrar as melhores soluções para os desafios. Os resultados positivos surgem dessa atitude empreendedora e de um conjunto de iniciativas que incluíram a redefinição de metas e a adoção de novas metodologias que, claramente, diferenciaram a oferta formativa da FORAVE tornando-a competitiva e em consequência geradora de emprego qualificado e de taxas de empregabilidade acima da média.

**O Programa de Aproximação às Empresas tem sido um dos factores responsáveis pelo crescente sucesso da FORAVE**, privilegiando a relação da Escola com os seus parceiros, promovendo o compromisso e uma política *win win*, onde todos ganham: alunos, empresas e comunidade envolvente. Este **Programa engloba o domínio da formação, através da aproximação dos conteúdos às exigências tecnológicas atuais; a formação “on the job” para alunos e docentes; os estágios; experiências de *job shadowing*; projecto I&D; dinâmicas de preparação para o emprego e o mentorismo através dos prémios de mérito patrocinados pelas empresas aos melhores alunos.**

Neste testemunho, gostaria de partilhar algumas dinâmicas implementadas na FORAVE que têm conduzido a melhores resultados académicos e têm despoletado uma procura sistemática de estagiários e diplomados.

Na FORAVE o envolvimento dos alunos com a realidade empresarial começa desde o primeiro dia em que entram na escola. Faz parte do **Programa de Integração Escolar** o contacto imediato com um currículo diferente, com os equipamentos técnicos, nos laboratórios e nas oficinas e o envolvimento num ambiente muito próximo da realidade industrial. O plano anual de atividades é muito focado na saída profissional dos cursos, na aplicação prática dos conhecimentos, na conceção e realização de projetos técnicos e na formação em contexto de trabalho. A proximidade da FORAVE às empresas permite uma rápida, ou mesmo simultânea, associação dos conteúdos apercebidos a contextos e operações reais. O perfil profissional dos alunos é construído ao longo da formação, orientado por elevados padrões de qualidade e conduta, tendo sempre como referência modelos profissionais das nossas empresas parceiras.

**Tendo a conta a importância que as competências transversais assumem num perfil profissional, a FORAVE implementou uma dinâmica de realização de projetos de grupo, designada “Projetos/Turma” para promover e desenvolver nos alunos atitudes responsáveis, empreendedoras, cooperativas, de humildade, disponibilidade e de liderança.** Esta dinâmica consiste na atribuição de um projeto à turma, na área profissional do curso. Os alunos participam sempre na escolha do projeto para que se sintam motivados e mais envolvidos. As tarefas são distribuídas pelos elementos da turma e um professor da área técnica é responsável pela supervisão do desenvolvimento do projeto e pela orientação na construção do portefólio. Exemplo de sucesso desta dinâmica é o Clube de Robótica da Turma de Eletrónica e Automação 2014/2017, que desenvolvem automatismos, participam em eventos de robótica e partilham o *know how* técnico com a comunidade escolar e local. Estes projectos de grupo destinam-se às turmas do 1º e 2º ano, uma vez que no último ano do curso os alunos têm que abraçar um projeto individual no âmbito da PAP- Prova de Aptidão Profissional.

Nesta fase, em que os alunos já são mais capazes tecnicamente e mais autónomos, **os projetos que integram a PAP, são muitas vezes, respostas a desafios colocados pelas empresas.** Quando assim acontece, a supervisão do projecto é feita em parceria pelo professor acompanhante e por um responsável da empresa que integrará, também, o júri de avaliação da PAP. A defesa da PAP é um momento público, de elevada importância para os alunos e para a FORAVE sendo partilhado com a comunidade escolar, empresarial e local. Os alunos são, também, estimulados a participar em concursos de empreendedorismo com os seus projetos, como acontece no concurso Concelhio “A minha PAP é empreendedora”. Este tipo de dinâmicas promovem nos alunos o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de comunicação, a confiança e a partilha, tornando-os mais competitivos e mais preparados para enfrentar desafios.

**Os estágios curriculares, incluindo os estágios Erasmus, no âmbito dos Programas Europeus são, na maioria dos casos, o primeiro contacto dos formandos com as empresas.** Este é o tempo de ganhar maturidade e de dar a perceber um mundo diferente que os alunos nem sempre conhecem com o rigor que se deseja. Por isso, os estágios são encarados como a grande oportunidade de crescimento dos alunos, dando-lhes “a robustez” de espírito necessária para enfrentar o futuro num contexto nacional ou internacional. No processo de preparação para os estágios os alunos têm que se sentir motivados para a empresa onde vão

realizar a formação em contexto de trabalho. Através de dinâmicas de pesquisa sobre a empresa, preparam-se para a realização de entrevistas com uma equipa que, em muitos casos, inclui representantes das empresas que querem conhecer e selecionar os estagiários, tal como se de um processo de recrutamento e seleção para o primeiro emprego se tratasse.

**A transição dos alunos para a vida ativa é trabalhada intensivamente no último ano da formação**, no entanto ao longo do curso, a preparação para a carreira é realizada de forma sistemática, através de atividades pedagógicas que visam a construção do perfil profissional integral, nas competências e nas atitudes. Na disciplina de Gestão é utilizada a metodologia de criação de mini empresas e a abordagem das matérias baseia-se na pesquisa, experimentação, na prática simulada e nas dinâmicas de *roleplay*. O objetivo constante de prosseguir este propósito tem garantido excelentes taxas de empregabilidade.

**O acompanhamento pós formação e a medição da empregabilidade inserem-se no âmbito das ações do Observatório de Emprego.** Este núcleo é responsável pelo desenvolvimento de várias atividades com o objetivo de preparar os alunos para a procura ativa de emprego. São exemplos as jornadas “Emprega-te” que anualmente levamos a cabo e a monitorização/interface entre os diplomados e as ofertas de emprego das empresas que nos procuram.

Para facilitar este encontro de interesses, surge **a PORTEFÓLIOS, plataforma privilegiada de recrutamento da FORAVE** que tem como objetivo promover a empregabilidade dos alunos através da divulgação de ofertas de emprego e de estágios profissionais das empresas da região. Com proveitos para todos os seus intervenientes, esta ferramenta permite satisfazer a oferta e a procura e funciona como uma base de apoio à contratação. **Esta plataforma é focada nas áreas de especialização da FORAVE permitindo aos empregadores direcionar as suas ofertas de emprego para o público-alvo, potenciar a possibilidade de encontrarem os melhores candidatos para as suas empresas e, por sua vez, os candidatos aumentarem a possibilidade de virem a ser contratados para cargos compatíveis com as suas áreas de formação.**

Anualmente é promovido um ciclo de conferências/*workshops* com o objetivo de evidenciar junto dos alunos vários assuntos a ter em conta no momento em que estão a findar o curso: os instrumentos disponíveis no Centro de Emprego, a preparação para uma entrevista de emprego, as regras e orientações para elaboração do CV e ainda a visão de quem emprega ou seja o que pretendem dos formandos as empresas que contratam.



Tendo consciência da importância do reforço de certas competências e da preparação que deve ser feita para que os jovens se sintam confiantes e motivados no momento em que têm que enfrentar o mercado de trabalho, a FORAVE disponibiliza aos seus alunos **o Manual de Inserção para a Vida Ativa, que surge como um referencial, onde os jovens podem encontrar informação útil sobre o procedimento adequado na procura ativa de emprego**, relativamente a assuntos tais como: a carta de apresentação ou de resposta a oferta de emprego, as regras a observar numa entrevista de emprego, regras a respeitar uma vez integrados como trabalhadores de uma empresa, outros aspetos relativos a comportamentos pessoais incluindo a apresentação/*dress code*.

Entendemos que a missão da Escola não é só formar jovens. **A nossa missão é formar e encontrar empresas que os integrem nas suas fileiras como seus colaboradores.** São várias as empresas que nos contactam para recrutar jovens recém-diplomados ou mesmo ainda finalistas do curso. Estabelecer a ligação entre quem acabou ou está acabar o curso e as empresas que recrutam é a missão do Observatório de Emprego da FORAVE. Um dos objetivos deste serviço é monitorizar a situação do aluno pós formação, encaminhá-los para os recrutadores ou orientá-los para formação pós ensino secundário.

Devolver à sociedade os pequenos jovens que transformamos em profissionais qualificados é um trabalho gratificante, que sendo bem-sucedido, encerra a nossa missão enquanto Escola Profissional.

## Muito para além da sobrevivência: Escola de Música de Esposende



**Helena Venda Lima<sup>4</sup>**

Torna-se gritante, pela realidade vivida no contexto educativo, político e artístico português, discutir novas estratégias para a sobrevivência das escolas de ensino artístico especializado. Contudo, na minha opinião, é fundamental assumir quais os compromissos que se podem vincular para que a educação artística, numa perspetiva estratégica holística, possa permanecer no desenvolvimento das próprias comunidades. As escolas devem, desta forma, construir o seu corpo docente de forma consciente, premiando a qualidade e a diversidade de competências, promovendo um espírito de equipa focado na missão da sua escola. É igualmente decisivo que as escolas sejam instituições dinâmicas nas comunidades em que se encontram e aliem esforços aos parceiros que prosseguem objetivos comuns quer ao nível educativo, quer ao nível cultural, tecendo redes e intervenções complementares no quotidiano das escolas e das comunidades. No meu testemunho, pela minha prática profissional e académica do meu percurso de vida, partilho a realidade de uma liderança educativa que defende estes mesmos pilares e os coloca em prática no dia-a-dia, projetando a sua missão muito para além do modo de sobrevivência. Uma missão que defende na sua base o verdadeiro interesse público.

A Escola de Música de Esposende (EME) apresenta-se na sua essência como uma escola articulada com a comunidade, estando impregnado no seu espírito colaborativo a proximidade com as diversas instituições concelhias, de forma a promover uma educação mais equitativa e culturalmente mais inclusiva. O projeto educativo da EME “tem por missão assegurar um ensino de qualidade, dotando os alunos de formação compatível com o grau de ensino frequentado; ser um espaço de conhecimento, cultura e criatividade; contribuir

---

<sup>4</sup> Professora de Prática coral na Escola de Música de Esposende. Diretora Coral do Coro de Pequenos Cantores de Esposende e Coro Ars Vocalis.

para a divulgação e promoção cultural; e potenciar o acesso ao ensino artístico aos cidadãos de Esposende, consciente do papel das artes na formação do indivíduo.” Esta é, sem dúvida, uma causa comum entre a escola do ensino artístico e o município local. A missão que a escola assume é aliada ao território nas ambições de um município que se pretende educador. Em reconhecimento do trabalho realizado em prol da comunidade concelhia, a EME está representada, desde 2010, pelo seu Diretor Pedagógico, no Conselho Municipal de Educação e assume-se como núcleo interventivo e permanente em todos os aspetos estratégicos ligados à cultura e educação. Consequentemente, consciente do seu papel na comunidade, a EME nunca se pretendeu restringir à realidade do ensino articulado, mas sim procurar a promoção de uma visão educativa holística. Esta realidade só se pode imaginar possível quando a visão pedagógica do projeto vai para além do plano de atividades ou sobrevivência financeira. Esta é uma realidade possível pela construção de um corpo docente multicompetente e disponível para a missão acima mencionada.

A EME conta já na sua história com o desenvolvimento de diversos projetos representativos desta ação de dupla estratégia, cumprimento das ambições educativas e culturais e manutenção do seu corpo docente e saúde financeira. São exemplo projetos como Festival Foz do Cávado, parceria ativa no Festival Harmos, Direção artística na Temporada de Música Musicórdia (tem como promotora a Santa Casa da Misericórdia de Esposende) e enraizamento da expressão musical no contexto do pré-escolar e do primeiro ciclo desde 2006. Destaca-se o Coro de Pequenos Cantores de Esposende e Coro *Ars Vocalis* como exemplos de referência, quer pelas ambições de qualidade artística que assumem, quer pela visão a longo prazo de interação educativa em comunidade.

O Coro de Pequenos Cantores de Esposende (CPCE) surge em finais de 2009, fruto de uma parceria entre a Escola de Música de Esposende e a Câmara Municipal de Esposende, tendo o processo de seleção e trabalho musical começado no início de 2010. Este é um projeto municipal que abrange a realidade do ensino articulado assim como a possibilidade de frequência de pequenos cantores externos a este regime. O CPCE pretende ser uma fonte de formação de músicos do futuro e simultaneamente de criação de público do presente. Desta forma, pretende-se promover a produção nacional de obras dedicadas ao ambiente *Pueri Cantores* englobando a composição nacional contemporânea, a música para infância e a sonoridade coral. O CPCE foi premiado, em 2013, pela DGArtes com o projeto “Mudam-se os Tempos”, com a encomenda de três obras, o Ciclo “Mudam-se os Tempos” ao jovem

Osvaldo Fernandes, compositor residente, “Magnificat” ao compositor Fernando Lapa e “Romance do Caçador e da Princesa” ao compositor Sérgio Azevedo e respetiva gravação. O CPCE gravou, em julho de 2013, o seu primeiro Cd “Mudam-se os Tempos” e em setembro de 2014, o segundo disco, “É tempo de Natal”, dedicado à composição portuguesa e com o ciclo “Três canções de Natal” do compositor Paulo Bastos, dedicado ao CPCE. Destaca-se que o CPCE está a preparar o terceiro disco com o projeto “Pelos sons sagrados” que promove a composição nacional de música sacra para coros infantis, tendo já estreado a obra “Stabat Mater” de António Pinho Vargas, em Esposende, com o apoio da Câmara Municipal de Esposende. Por sua vez, o coro *Ars Vocalis*, que trabalha com a faixa etária sucessiva ao CPCE, é constituído por cantores dos 14 aos 18 anos de idade, todos do concelho de Esposende. Desta forma, e uma vez que a EME apenas tem autorização de lecionação até ao final do curso básico, este projeto municipal possibilita a permanência da vivência musical ativa dos jovens até ao final do secundário. *Ars Vocalis* nasce como um projeto da identidade da Escola de Música de Esposende e do seu Projeto Educativo, sendo a consequência mais direta da formação do Coro de Pequenos Cantores de Esposende (CPCE). Os dois projetos estão intimamente relacionados, numa lógica de sequencialidade etária e formativa. O coro formulou já a encomenda de uma obra, com apoio da Câmara Municipal de Esposende, ao compositor Telmo Marques, com poesia dedicada ao Mar e a Esposende, contando já com o Motete “*Salutaris Hostia*”, do compositor residente Osvaldo Fernandes.

Nem toda a realidade se rege pela bonança idealizada por todos, contudo a questão primordial é não nos deixarmos atordoar pelas vicissitudes, quer sejam de ordem política ou financeira. As escolas devem focar-se na meta, respondendo criativamente às inevitáveis dificuldades inerentes ao ensino artístico em Portugal.

“O pensamento contemporâneo sobre educação tem de ir além do já conhecido e alimentar-se de um pensamento utópico, que se exprime pela capacidade não só de pensar o futuro no presente, mas também de organizar o presente de maneira que permita atuar sobre esse futuro.” (Furter, 1970, p. 7)

## Referências Bibliográficas

FURTER, Pierre (1970). *Educação e reflexão*. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.

## **A Escola de Música de Esposende**

A Escola de Música de Esposende foi fundada pela Câmara Municipal de Esposende em 1987, com o objetivo de dinamizar a educação artística no concelho.

Desde 2001, é gerida administrativamente pela Zendensino – Cooperativa de Ensino IPRL, e desde essa altura tem como Diretor Pedagógico da Instituição o Professor Carlos Pinto da Costa.

A escola localiza-se na Casa da Juventude de Esposende, na Rua Dr. Henrique Barros Lima, em Esposende.

Sendo uma instituição vocacionada para o ensino da música, tem por função certificar um ensino de qualidade, dotando os alunos de formação compatível com o grau de ensino frequentado; ser um espaço de conhecimento, cultura e criatividade; contribuir para a divulgação e promoção cultural; e potenciar o acesso ao ensino artístico aos cidadãos de Esposende, consciente do papel das artes na formação do indivíduo.

Presentemente, a Escola de Música de Esposende é uma escola do ensino artístico especializado da música, oficializada e com Autonomia Pedagógica.

Podem ser lecionados na escola os seguintes instrumentos: Piano, Violino, Violoncelo, Viola-d'arco, Guitarra Clássica, Bandolim, Flauta Transversal, Clarinete, Canto, Oboé, Trompete, Trombone e Trompa. Estes instrumentos agregam os cursos de Iniciação em Música com a possibilidade de 4 anos de estudo e o Curso Básico de Música que compreende 5 graus de estudo.

Para além destes cursos a Escola de Música de Esposende estabeleceu um protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Esposende no âmbito da coordenação pedagógica na área de Expressão Musical no Pré-Escolar público no Concelho de Esposende. Atualmente o corpo docente da escola é constituído por 26 professores e cerca de 400 alunos. Nas atividades de Expressão Musical no Ensino Pré-escolar público conta com a colaboração de 4 professores.

No âmbito da sua atividade de promoção cultural, a escola desenvolve em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Esposende a MusiCórdia – Temporada de Música.

A MusiCórdia apresenta-se como um espaço excecional para a promoção dos músicos locais, profissionais ou em processo de formação. No âmbito da sua ação esta Temporada de Música procura contribuir para o enriquecimento e diversidade da oferta cultural do

concelho de Esposende e da sua área de influência; para a igual oportunidade dos indivíduos no acesso à cultura, motivando as populações para a bem-estar cultural.

Outras iniciativas conjuntas da Escola de Música de Esposende e da Câmara Municipal de Esposende, são o Coro de Pequenos Cantores de Esposende e o *Ars Vocalis*.

O Coro de Pequenos Cantores de Esposende surge em finais de 2009, fruto de uma parceria entre a Escola de Música de Esposende e a Câmara Municipal de Esposende, tendo o processo de seleção e trabalho musical começado no início de 2010. Após uma receção extraordinária da comunidade envolvente com a inscrição de 400 crianças, foram selecionadas 64 coristas. Atualmente integram o coro cerca de 70 coristas. Este projeto dedica-se a crianças do primeiro e segundo ciclo, com a possibilidade de permanência até ao final do terceiro ciclo. Os elementos são admitidos com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos de idade mas com a possibilidade de permanecerem até aos 16 anos. Posteriormente a esta idade os jovens são conduzidos para projetos complementares.

O Coro nasce como uma oportunidade de iniciar, desde tenra idade, esta cultura artística e de qualidade que ambicionamos para uma comunidade rica em valores, consciência social e artisticamente dinâmica.

O Coro *Ars Vocalis* foi criado em 2009, no âmbito do regime de Ensino Articulado de Música, competência da Escola de Música de Esposende, como disciplina de Classe de Conjunto Vocal da Escola Básico do Baixo Neiva (Forjães), dirigida a alunos do 5.º ano de escolaridade. Ao longo de cinco anos, o Coro foi desenvolvendo competências e uma identidade própria, e foi acolhendo, progressivamente, os elementos do Coro de Pequenos Cantores de Esposende que já não se enquadravam naquele projeto.

Dado que o Coro de Pequenos Cantores de Esposende é direcionado para elementos com idades entre os 6 e os 15 anos, os jovens que ultrapassam o limite de idade poderão, através do Coro *Ars Vocalis*, dar continuidade ao gosto que nutrem pela música.

Tanto o Coro de Pequenos Cantores de Esposende, como o Coro *Ars Vocalis* é dirigido, desde a sua formação, pela Maestrina Helena Venda Lima.

## Desafios na transformação da escola para o século XXI: o caso da EPRAL

Potencialidades no âmbito da formação em contexto real de trabalho



João Lázaro<sup>5</sup>

O posicionamento estratégico de uma escola - como aliás sucede com a generalidade das empresas e organizações - deve considerar o seu funcionamento como um *sistema aberto*, que interage com uma multiplicidade de atores públicos e privados, pessoas individuais e coletivas, estudantes e famílias, que lhe conferem responsabilidades crescentes, em género e em número, e que nela depositam as mais fortes expectativas de qualidade no desempenho da sua missão de formar e de educar - seja no plano axiológico (dos valores, participação democrática e exercício da cidadania), seja no plano dos conhecimentos, seja ainda no plano da formação técnica e das competências profissionais - propedêuticas da inserção social e socioprofissional dos *aprendizes*.

Educar e formar, comportam esta dimensão plural, globalizante e transdisciplinar, claramente articulada com a *vida do cidadão em sociedade* e com o seu *trabalho* profissional, criterioso, competente e socialmente responsável. A escola deve posicionar-se enquanto agente constitutivo de uma *comunidade*, contribuindo para o reforço da sua coesão e identidade, comprometendo-se com o sucesso dos resultados escolares dos seus aprendizes, ajudando-os a aprender e apoiando-os na sua inserção socioprofissional. Escola como um verdadeiro agente de desenvolvimento social e económico, científico e tecnológico, pessoal e coletivo.

As **Competências para a Vida e para o Trabalho**, a desenvolver nos alunos/formandos e recomendadas no relatório elaborado pelo *National Research Council*, publicado em 2013,

---

<sup>5</sup> Diretor Técnico-Pedagógico da Escola Profissional da Região Alentejo – Évora.

intitulado “Educação para a Vida e para o Trabalho: Desenvolvendo Transferência de Conhecimento e Habilidades do Século 21” (disponível em: <http://www.nap.edu/catalog/13398/education-for-life-and-work-developing-transferable-knowledge-and-skills>) e as **Competências a desenvolver nos alunos para a empregabilidade no século XXI**, recomendadas pela UE no documento “Agenda para Novas Competências e Empregos” (disponível em: <http://ec.europa-eu/social/BlobServlet?docId=6329&langId=en9>), são dois documentos orientadores que nos podem ajudar a repensar os processos de ensino-aprendizagem, nomeadamente nos modos de interpretar, organizar, desenvolver, monitorizar e avaliar o ensino e as aprendizagens dos alunos/formandos, de modo a que possamos, ainda no tempo da nossa geração, contribuir para o esbatimento da ideia, constrangedora e eventualmente injusta, de que o mundo e os jovens mudaram muito, particularmente nas formas de aprender, mas a escola tem mudado muito pouco.

Neste testemunho proponho dar um pequeno contributo sobre *“como estamos a pensar potenciar a formação em contexto de trabalho na nossa Escola Profissional da Região do Alentejo - EPRAL que queremos para o século XXI”*.

No que respeita à nossa escola consideramos que persiste ainda hoje o desafio de uma maior abertura ao mundo exterior, parecendo-nos que este se poderá concretizar através da promoção de uma efetiva e mais estreita cooperação entre os sistemas de educação e de formação, do estabelecimento de redes de parcerias entre instituições de educação-formação, empresas e instituições de investigação capazes de promoverem uma formação integral e o desenvolvimento de novas competências e a consolidação das adquiridas em contexto escolar que facilitem a futura inserção profissional dos jovens diplomados.

Da abertura da escola ao mundo exterior, à comunidade local, nacional e internacional, espera-se um impacto positivo e transformacional em que todas as partes ganhem no sentido de propiciar:

- uma renovação integral da atividade pedagógica, para criação e consolidação de laços mais estreitos com a *vida profissional* e o *mundo do trabalho*;
- a incorporação de percursos “educativos” de dupla certificação, articulados com processos de *certificação escolar* e de *qualificação profissional*;
- a incorporação e valorização nos seus projetos educativos, da *formação em contexto real de trabalho*, bem como a sua implementação e incremento;



- a percepção de que a *aprendizagem* ocorre efetivamente *ao longo da vida*, antecede a *escola* e envolve processos de formação ilimitados no tempo e não confinados à *escola*;
- o estabelecimento e incremento de parcerias (*qualificantes, estratégicas, simbólicas* e/ou de *excelência*), associado à dinamização e/ou envolvimento em *redes de cooperação*;
- o sentido de *autonomia*, de *pertença* e de *participação na comunidade* - bem como a sua capacidade de envolvimento e de compromisso solidário com as aspirações e as orientações de política educativa definidas pela *sua comunidade*;
- o desenvolvimento de uma *cultura de empreendedorismo* que dignifique e afirme o *trabalho*, enquanto pilar de sustentabilidade das organizações e empresas e da inserção social e profissional das pessoas;
- o reconhecimento da correlação que se estabelece entre o “saber”, o conhecimento tecnológico (o “saber-fazer”), a cidadania e a cultura;
- a compreensão que a *tecnologia*, o *capital humano* e a *democracia* se conjugam, de modo a que a *escola* promova os talentos pessoais e a capacidade humana para experimentar e inovar.

Neste quadro de compromisso e de responsabilidade social, diremos que são aquelas as mais justas e adequadas referências para a *medida da qualidade* e da *eficácia* do desempenho da nossa escola na prossecução do serviço público que presta à comunidade.

No amplo, diversificado e dinâmico cenário de atores - responsabilidades e expectativas que procurámos brevemente refletir - cabe-nos destacar o inestimável contributo que as empresas têm emprestado ao desenvolvimento da *missão* da EPRAL - como certamente tem sucedido com a generalidade das escolas profissionais - não apenas pela integração de pessoas qualificadas, os nossos diplomados, mas sobretudo pelo seu envolvimento no acolhimento de jovens em formação em contexto real de trabalho, no quadro do desenvolvimento curricular, isto é, propiciando o desenvolvimento de competências profissionais e, por essa via, uma qualificação mais sustentável dos futuros técnicos de níveis IV. Desta forma, as empresas (o “mundo do trabalho”) representam um recurso educativo por excelência e multifacetado (recurso físico, didático, laboratorial, técnico-humano), incontornável, sem o qual não seria possível fazer uma formação de qualidade de dupla certificação, e um espaço essencial de investigação e desenvolvimento (I&D). Numa

expressão simples: parceiros qualificantes e de projeto que merecem inteiramente a singela expressão do nosso reconhecimento público.

Podemos destacar, ao longo dos quase 26 anos de atividade, três grandes momentos no percurso empreendido pela EPRAL, quanto à Formação em Contexto de Trabalho (FCT), acompanhando as sucessivas gerações de cursos profissionais, desde a sua criação no ano de 1989, até à mais recente referenciação ao *Catálogo Nacional de Qualificações*: um período inicial de *novidade e expectativa*, em que alguns cursos profissionais sinalizavam nos respetivos planos de estudos o “estágio”; um período intermédio de *consolidação* e de *generalização*, com integração explícita da FCT nos planos curriculares do ensino profissional; um período que interpretamos como de *experimentação e desenvolvimento* que nos leva a *ousar fazer mais*, beneficiando do patamar de segurança e confiança mútua que ajudámos a construir e que partilhamos com a generalidade das empresas e organizações da Região Alentejo. O primeiro, impulsionou um *movimento da escola em direção às empresas*, o segundo, estabilizou *movimentos bidirecionais de iniciativa mútua*, escola-empresa, o terceiro – feliz coincidência – retomou o desafio traduzido através do nosso lema primordial dirigido aos jovens: “*Agarra o futuro!*”.

Hoje sabemos (por experiência? Por talento? Por sentido de empreendedorismo?) que aquele desafio passa pela nossa capacidade de aprender com “eles”: os nossos formandos, as empresas e organizações; enfim, com a generalidade dos “nós” que constituem a *ampla rede interativa de trabalho* que nos envolve.

É neste contexto mais recente, de *inovação*, que procuramos *ir mais longe*, querendo experimentar novas soluções que nos permitam prosseguir o movimento estratégico de *abertura* e de *acolhimento recíproco* face ao “mundo do trabalho”, aliás como estabelecem as políticas públicas de educação-formação.

No movimento de abertura ao “mundo do trabalho”, valorizamos a *Formação em Contexto de Trabalho* enquanto vetor estratégico de orientação do desenvolvimento curricular e reconhecemos o *Real de Trabalho*, como espaço e tempo privilegiados para a consolidação e desenvolvimento de competências profissionais. Por outro lado, temos constatado que a motivação pedagógica, isto é, a disponibilidade para a aprendizagem em contexto escolar, da nova *geração* de alunos empreendedores decorre muito da sua expectativa de envolvimento em atividades práticas de formação, isto é, em ambientes reais de trabalho, no “confronto” direto com os *públicos* e constrangimentos próprios do *mundo*

do trabalho, visando uma integração socioprofissional mais rápida e sustentada. A nova geração aparenta querer “mais”, mais envolvimento e mais realização pessoal, mais participação, também na conceção e desenvolvimento dos produtos e serviços que utiliza, entre os quais se situa a *escola*.

Assim, não nos parece que bastem as modalidades de FCT assentes na realização de estágios curriculares e a articulação entres a formação em contexto de trabalho e o desenvolvimento das Provas de Aptidão Profissional, enquanto elementos e instrumentos de ligação mais óbvios entre a escola e o “mundo do trabalho”. Salientando, todavia, que se tratam de elementos e de instrumentos muito relevantes na ligação escola-empresa.

Se assim é, consideramos que a melhoria dos fatores de empregabilidade dos diplomados do *ensino profissional*, deve prever o incremento de experiências de formação desenvolvidas em contextos reais de trabalho, envolvendo não apenas a modalidade de “estágios curriculares” (como é comumente designada a FCT), mas **acolher também outras experiências autónomas realizadas em contextos reais de trabalho**, devidamente comprovadas, tanto a nível nacional como internacional, integrando-as na avaliação da proficiência das competências profissionais dos formandos, através do seu reconhecimento, validação e creditação.

Estamos a considerar, a título de exemplo, no âmbito do Curso Profissional de Técnico de Restauração (saídas profissionais de Técnico de Cozinha-pastelaria e de Técnico de Restaurante-bar) com níveis apreciáveis de empregabilidade (geralmente superiores a 65% dos diplomados na área de formação, nos sucessivos ciclos formativos) e relações de cooperação muito consolidadas com o tecido empresarial regional, a escola deverá motivar os alunos a empreenderem autonomamente experiências de formação em contextos reais de trabalho, para além das cargas horárias e dos tempos formais de formação, criando um sistema de creditação que acolha estas experiências não-formais, por exemplo, no âmbito da *notação* em FCT. Por outro lado, seja para garantir a transparência do sistema de creditação, seja para garantir contextos de acolhimento e uma relação de qualidade entre o(s) jovem(ns) e a(s) empresa(s), o sistema de creditação deve apoiar-se, entre outros requisitos formais:

- no estabelecimento de protocolos entre a EPRAL e empresas do setor hotelaria e do setor similar hoteleiro de restauração, de reconhecido mérito e qualidade, para esta finalidade específica;

- na criação de uma caderneta do aluno, visando exclusivamente o registo das experiências autónomas de trabalho, cuja validação será realizada pela empresa e creditação pela escola;

- na autonomia do aluno para gerir os créditos que lhe serão disponibilizados.

Em termos muito gerais, o sistema de creditação poderá funcionar da seguinte forma:

- a EPRAL estabelece protocolos com empresas, de forma a constituir-se um grupo reconhecido de entidades que poderão acolher jovens que autonomamente decidam prestar trabalho voluntário junto dessas entidades;

- o sistema é criteriosamente divulgado junto dos alunos potenciais interessados (nomeadamente quanto a parceiros envolvidos, cargas horárias-limite suscetíveis de integração no sistema de creditação, articulação com disciplinas da componente de formação técnica, evidenciando as competências associadas, entre outros aspetos);

- no final de cada prestação, a empresa valida a carga horária respetiva, registando-a na caderneta do aluno;

- no final do ano escolar respetivo, a EPRAL traduz em notação para a área de FCT, as cargas horárias que tenham sido validadas pelas empresas, a partir de uma escala de creditação estabelecida e aprovada pelos órgãos de gestão pedagógica;

- o desempenho de trabalho autónomo não poderá ocorrer durante o normal funcionamento das sessões de formação em contexto escolar, nem tão pouco nos períodos de realização de *Estágios Curriculares* (ou FCT);

- o trabalho autónomo, realizado no quadro deste sistema de créditos, poderá funcionar também como forma de compensação de cargas horárias curriculares em disciplinas da componente técnica.

Aliás, o reconhecimento, avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas em contextos não-formais e informais, estando na ordem do dia no que respeita aos *ativos de hoje*, poderá também ser implementado a título experimental no nível secundário de educação (nomeadamente em cursos profissionais), na escola, *campo formativo dos ativos de amanhã*, e nível mínimo escolar almejado para os portugueses.

Trata-se também um campo de *I&D*, se assim podemos chamar-lhe, no âmbito nosso próprio Projeto Educativo.

Propomos assim um *debate experimental* (isto é, uma reflexão apoiada em experiências concretas) em torno de estratégias inovadoras de formação, centradas no eixo *formação em contexto de trabalho* que:

- promovam o marketing pessoal dos jovens, isto é, que ampliem a sua visibilidade junto das entidades empregadoras, melhorando a sua empregabilidade no final do ciclo de formação;
- potenciem e valorizem as aprendizagens “técnicas” desenvolvidas em contexto *escolar* e o desenvolvimento e consolidação das competências profissionais que lhes estão associadas;
- motivem os formandos a empreenderem autonomamente experiências de formação em contextos reais de trabalho, para além das cargas horárias e dos tempos formais de formação escolar, criando um sistema interno de creditação que acolha essas experiências não-formais no âmbito da *notação* na área de *FCT*;
- comprometam parcerias entre a escola e as empresas no sentido da implementação deste sistema de triangulação (escola-formando-empresa-escola).

## #ensinoprofissional#projetos#escola

### Algumas notas e considerações



**Manuela Baião<sup>6</sup>**

Falar do ensino profissional em Portugal leva-me sempre a recordar, em primeiro lugar, o ano e o contexto específico em que este surgiu e, posteriormente, a minha atividade enquanto professora e diretora pedagógica numa organização escolar neste campo da educação e formação.

O ano de 1989 continua a ser o marco para o qual dirijo o meu olhar, quando penso na matriz desta modalidade de ensino e formação, bem como nas escolas profissionais. As características destas instituições educativas, bem como os pressupostos psicopedagógicos subjacentes ao *design* dos planos de estudo dos cursos profissionais, são, sem dúvida, elementos que espelham a “inovação social e educacional” (Azevedo, 2009) trazida por estas ofertas educativas de nível secundário.

Tudo isso remete-me inevitavelmente para conceitos teóricos fundamentais, traduzidos em expressões comumente referidas para o caracterizar - estrutura modular, gestão de competências, desenvolvimento curricular aberto, flexível e integrado, ensino personalizado, avaliação formativa, colaboração, diferenciação pedagógica, diversificação de estratégias e equipas educativas. Estes são alguns, entre outros vocábulos, com que se escreve, ou deveria escrever, em todas as escolas o ensino profissional em Portugal. Creio que continua a ser de suma importância apropriarmo-nos da dimensão semântica destas terminologias, bem como conhecermos as correntes, perspetivas e visões teóricas que as sustentam. Julgo, que só desta forma é possível olhar, ver e reparar em tudo o que está inscrito, de forma explícita ou não, na legislação que o enquadra e documentos que norteiam esta modalidade de educação, ensino e formação.

---

<sup>6</sup> Diretora Pedagógica da Escola Profissional de Vale do Tejo, Santarém.

**#somosensinoprofissional** Lemos esta expressão com muita frequência. Com *hashtags* ou sem elas, somos uma modalidade de ensino e formação, que, na atualidade, confere tripla certificação: Nível 4 de Qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ); Nível 4 de Qualificação do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) e Certificação Escolar de 12º ano. Deste modo, somos uma via de conclusão do ensino secundário, escolaridade obrigatória em Portugal, o que trouxe outros desafios à escola.

Confesso que não gosto muito de etiquetas, especialmente quando falamos de pessoas e modalidades de educação e ensino. Talvez tenha essa sensação por já ter apreendido nalgumas vozes, em diferentes espaços e momentos, textos ocultos que, em vez de nos dignificarem, minorizam quem os verbaliza e todos os que se preocupam com a educação, ensino e formação. Contudo, gostaria de destacar esta “tag” (sem *hash*), especialmente pelo que vejo nela: um “código de barras” único, cuja singularidade torna evidentes as diferenças e, simultaneamente, a identidade do ensino profissional. Esta etiqueta evoca sempre no meu pensamento não só uma modalidade de ensino e formação, mas também um modelo pedagógico de escola distinto, a qual comecei a descobrir há mais de duas décadas.

O *lift-off* do ensino profissional foi há mais de vinte e cinco anos. A sua institucionalização no sistema educativo de Portugal ocorreu há mais de dez anos. Por isso, julgo que, vivendo numa sociedade democrática, devemos todos assumir a responsabilidade de contribuir para a concretização dos princípios da equidade e justiça social em educação consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 1986).

Vivemos tempos menos fáceis, um período histórico marcado por mudanças que ocorrem a todos os níveis e a um ritmo acelerado em todo o mundo. Vivemos tempos de inquietações, interrogações e muitos outros desassossegos. E, dado esse contexto, na escola vamos procurando construir respostas para podermos gerir pressões externas e tensões internas que emergem de uma forma cada vez mais acentuada. Sentimos como necessária(s) mudança(s) em educação e desejamo-la(s), querendo criar condições para se assegurar efetivamente a formação de “cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (ponto 5, do Artigo 2º, da Lei de Bases do Sistema Educativo).

Na escola onde partilho o meu quotidiano pedagógico com companheiros envolvidos nesta caminhada procuramos disponibilizar soluções pedagógicas diferenciadas aos jovens

que nos procuram. Esta é, e continua a ser, apesar de todos os apesares, uma das preocupações centrais da nossa escola. Assumimos, enquanto equipa, a responsabilidade de reforçar laços e procurar caminhos para a melhoria contínua e promoção do sucesso educativo, tentando escutar diversas vozes – alunos, famílias, parceiros e outros atores da sociedade.

E assim somos **ensino profissional**, sem *hashtags*. Isto traduz-se no **foco principal** que colocamos na nossa ação: a **aprendizagem do aluno**. Deste modo, procuramos assumir, cada vez melhor, enquanto professores, o papel de facilitadores e construtores de ambientes de ensino e aprendizagem, em conjunto com os nossos alunos.

Somos **ensino profissional** e desenvolvemos **projetos integradores**, tomando-os como uma abordagem pedagógica favorecedora do desenvolvimento de ações articuladas e organizadas com intencionalidade educativa. Concebemos e realizamos, em conjunto com os alunos e, nalguns momentos, outros atores, iniciativas integradoras de saberes e promotoras do desenvolvimento de competências de diversa natureza, tendo em consideração os “quatro pilares da educação” (reconhecidos como essenciais pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI).

Somos **ensino profissional**, sim. Como tal, trabalhamos em **equipas educativas**, considerando o plano de estudos e perfil de saída desenhado para cada curso bem como as características de cada grupo e alunos. Na escola, partilhamos ideias, estruturamos e planificamos conjuntamente projetos, com objetivos claramente definidos, envolvendo os alunos desde a sua conceção até à avaliação final. As sementes são lançadas, habitualmente, em reuniões, no início de cada ano letivo. Ao longo do ano, vão germinando diversos frutos e assim construímos também ciclos de formação, em diferentes áreas. Neste quadro, inscrevem-se igualmente iniciativas de diferente natureza e duração. No entanto, em todos os projetos há um ingrediente: a preocupação de materializar uma gestão integrada do currículo e a sua articulação horizontal e vertical. Deste modo, procuramos também cuidar do clima saudável e positivo da escola, promover a autonomia dos alunos e redes de aprendizagem, além de cultivar o trabalho colaborativo e cooperativo entre todos. Assim, temos vindo a aprender e a crescer em conjunto, ao longo do tempo. Até a própria escola.

Nos nossos caminhos, deparamo-nos, por vezes, com trilhos menos fáceis, etapas que exigem mudanças de práticas pedagógicas, de procedimentos até modificações das nossas próprias crenças. E isto causa desconforto a alguns, fazendo aparecer, por vezes, medos



traduzidos em falas que me fazem lembrar, nalguns lapsos de tempo, receios e resistências do Velho do Restelo. Acredito que tudo isso faz parte de todo o processo de mudança, como nos dizem os investigadores. Mas este é o caminho que escolhemos, enquanto escola, e estamos a percorrê-lo. Por isso, continuamos a querer aprender a partilhar melhor a nossa visão, as nossas experiências, procurando sempre escutar o Outro e manter uma “orientação aprendente” na escola (Senge, Cambron-McCabe, Lucas, Smith, Dutton, & Kleiner, 2005, p. 16). A monitorização contínua, bem como a avaliação formativa retroativa e interativa, no âmbito do desenvolvimento de projetos e iniciativas, têm-nos permitido “ajustar o leme”: funcionam como bússolas que nos indicam pontos de referência, elementos fundamentais para (re)orientar ou mudar trajetórias e modos de navegar. Assim, estamos neste caminho longo, disponível para a mudança e para ajudar a crescer qualitativamente o ensino profissional em Portugal.

**Somos ensino profissional** e recorremos também ao uso das novas tecnologias nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação. Reconhecemos igualmente a importância que as lideranças assumem na escola e o tanto que há que trabalhar na melhoria contínua neste domínio – o das lideranças pedagógicas de cada professor, lideranças intermédias dos professores orientadores educativos e coordenadores de curso e até no campo das lideranças dos próprios alunos, como sujeitos responsáveis pela construção dos seus próprios percursos.

**#somescolaprofissional** E o que significa isso para mim? Trabalhar, em cada ano letivo, pensando a comunidade educativa como um todo, mas sem perder de vista as peculiaridades e exigências de cada curso profissional, do mundo e mercado de trabalho, além das características das equipas educativas bem como das pessoas que vivem do lado de dentro de cada aluno. Tudo isso implica também ser capaz de gerir constrangimentos de várias ordens, encarando-os como desafios. E não deixar de ter presente a nossa missão como escola, fazendo escutar a nossa voz na sociedade, sempre que necessário, lutando contra estigmas e preconceitos, atentos ao meio que nos rodeia.

Somos escola profissional. Aprendemos a organizar-nos de um modo mais flexível e aberto à comunidade, a exercitar, em cada ano letivo, a gestão de recursos, tempos e espaços e a potenciar parcerias de uma forma distinta.

“Somos a memória que temos, sem memória não saberíamos quem somos”, segundo Saramago (2009). Por isso, falar do ensino profissional hoje significa, para mim, olhar e ver o

presente com os olhos postos além da linha do horizonte, e com plena consciência do que transportamos como bagagem – aprendizagens.

Como tem vindo a ser assinalado por diversos investigadores, sinto que urge (re)pensar algumas políticas educativas. E sinto-o no meu quotidiano pedagógico, ao lado de todos com quem tenho o privilégio de conversar, trabalhar e aprender todos os dias. Preocupa-me os recursos disponibilizados às escolas profissionais, o número de alunos por turma, a autonomia da(s) escola(s) e a sua gestão burocrática, cada vez mais “complexificada”, entre outros aspetos. Compreendo, cada vez melhor, a necessidade de mudança de paradigma educacional, registada já por especialistas nacionais e estrangeiros, de modo a ser possível criar efetivamente condições para a transformação da escola.

Somos escola profissional e queremos continuar a trabalhar, ao lado de todos os que batalham por uma educação, ensino e formação de qualidade para todos. Isto é, por uma escola mais humana, solidária e inclusiva. Acredito que com a participação, o comprometimento e a assunção de responsabilidades por todos nós, será possível edificar a escola que desejamos: um espaço de desenvolvimento humano e profissional de todos os seus atores, capaz de oferecer respostas mais eficazes e adequadas às necessidades e interesses de cada um dos nossos jovens, ajudando-os a preparar-se para enfrentar a vida e as exigências do mundo, ao longo de toda a sua vida.

### Referências Bibliográficas

Azevedo, J. (2009). Escolas profissionais 1989-2009: As oportunidades e os riscos de uma inovação educacional que viajou da margem para o centro. In J. Azevedo (Org.), *O Ensino profissional: Analisar o passado e olhar o futuro*, 13-49. [Porto]: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia.

Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. (1997). *Educação, um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo, SP: Cortez. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf> [consultado em 01-05-2016]

Núcleo de Apoio à Concretização da Estrutura Modular. (1993). *A estrutura modular nas escolas profissionais*. Porto: GETAP, Ministério da Educação.

Saramago, J. (2009). *Recordações*. Outros cadernos de Saramago. Disponível em: <http://caderno.josesaramago.org/37891.html> [consultado em 01-05-2016]

Senge, P., Cambron-McCabe, N., Lucas, T., Smith, B., Dutton, J., & Kleiner, A. (2005). *Escolas que Aprendem. Um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos os que se interessam por educação*. Porto Alegre: Artmed.

## Legislação

Lei n.º 46/86, D.R. I Série. 237 (86-10-14) 3067-3081. Lei de Bases do Sistema Educativo.



**Figura 1** - Poesia vai à rua – Curso Profissional T. de Apoio Psicossocial



**Figura 2** – Tomar, cidade dos Templários – Curso Profissional de Turismo



## Desafios constantes de uma professora em tempos de mudança. “Muito trabalho, muita atenção e muito cuidado!”

Don't be the same, be better!



**Sílvia Fernandes<sup>7</sup>**

Apesar de considerar que estudei numa das melhores faculdades de letras de país, com acesso às mais variadas mobilidades pedagógico-didáticas no estrangeiro, e de me ter profissionalizado no ensino com o apoio daqueles que foram para mim os maiores pedagogos que o país conheceu, década e meia depois, reconheço que mudei enquanto professora. E esta mutação foi-me imposta pelas significativas mudanças nas práticas do ensino e da aprendizagem.

O contacto com outras realidades terá começado logo no ano imediatamente a seguir ao estágio da prática profissional, altura em que comecei a dar aulas no ensino profissional, outra modalidade de ensino, na Escola Profissional de Coruche. Esta escola era diferente, os cursos muito específicos, o perfil do aluno bastante particular e toda a dinâmica do ensino profissional e clima de escola surpreenderam-me positivamente. Se por um lado, a maior proximidade entre o professor e o aluno me fascinou, por outro, a figura peculiar do orientador educativo e da sua turma de orientação despertaram em mim encantamento pela forma como era tido o contacto interpessoal no processo pedagógico. Aliás, tal só acontece porque o universo particular de uma escola profissional, mais adequado ao desenvolvimento e implementação de um curso profissional, propicia a criação de uma acentuada relação pedagógica entre todos os intervenientes. O professor, além do organizador das aprendizagens, é o estimulador do desenvolvimento cognitivo e socioafetivo do aluno.

Na qualidade de orientador educativo, assume um papel de vital importância na dinâmica de uma escola profissional, ao longo de todo o processo do ensino e da

---

<sup>7</sup> Professora de Inglês e Alemão na Escola Profissional de Salvaterra de Magos, desde 2006.

aprendizagem. É dele que depende grande parte da construção da relação professor-aluno. Desde a entrada do grupo turma na escola, à colocação do aluno na formação em contexto de trabalho (FCT), ele terá sempre um papel central. Pelos alunos, é visto como um professor, mas também um parceiro, um amigo e um intermediário, que faz a mediação entre os conteúdos da aprendizagem e o processo da sua assimilação. Cabe-lhe a ele ser a ponte entre a escola e a família, ser o gestor do currículo da turma, ser “o motivador e o visionário”. Ser “o facilitador de aprendizagens e da progressão modular”<sup>8</sup> e ser também ele quem encaminha para o mercado de trabalho ou para o ensino superior.

Sempre olhei para o percurso do aluno do curso profissional como um processo dinâmico de edificação do seu caráter e personalidade. As aprendizagens são rigorosamente selecionadas, corretamente articuladas pelo corpo docente, equipa pedagógica de cada curso, geridas pelo orientador educativo e integradas em atividades de projeto. Enquanto parte integrante do projeto educativo, contribuem para a construção de um clima de escola assente no ensino e em “muito trabalho, muita atenção e muito cuidado”<sup>9</sup>.

Ao longo dos anos, aprendi a construir a relação entre orientador educativo e aluno com base na confiança, afetividade e respeito mútuo. Procurei orientá-lo no sentido do seu amadurecimento interno, fortalecendo as suas bases, bem para além daqueles que são os conteúdos da disciplina de inglês. Fui sempre uma acérrima defensora do estreitamento entre o meio escolar e o meio familiar, por constituir um fator potenciador do sucesso escolar e pedagógico. A comunicação com os pais deve principiar o mais cedo possível e ser muito regular, assente numa atitude positiva, onde se valoriza mais as competências, os talentos do que os insucessos. Todavia, por mais trabalhada que seja esta relação, também está sujeita a momentos de conflito que requerem de nós, professores e orientadores, habilidades, técnicas e conhecimentos para os minimizar. Esta dimensão afetiva, e até mesmo os momentos informais partilhados antes e depois das aulas, facilitam a troca de ideias, as aprendizagens e a construção de uma relação mais produtiva, reduzindo eventuais conflitos. Importa derrubar as sistemáticas individuais que buscam o absolutamente certo e errado, em detrimento das ideias e das dificuldades. Cabe-nos a nós levar o aluno a agir, a refletir criticamente e a direcionar a sua curiosidade para a descoberta. Será que se

---

<sup>8</sup> Joaquim Azevedo, 2007

<sup>9</sup> Joaquim Azevedo, 2007

consegue? Claro que sim! É mormente, através do diálogo e de uma postura flexível e construtiva, atendendo sempre às diferenças e necessidades individuais de cada aluno.

A motivação do aluno garante grande parte do sucesso educativo. Para essa motivação contribuem a relação pedagógica estabelecida com o orientador educativo, mas também a dinâmica das aulas, a diversificação das aprendizagens, a linguagem fácil e objetiva, associadas a questões da atualidade, e as estratégias interativas e divertidas.

Para me tornar uma melhor professora e orientadora educativa, para além de dominar os conteúdos das minhas disciplinas, tive de adaptar estratégias em função das turmas e dos alunos, estar recetiva ao diálogo, ser autodidata, ser visionária, aprender a lidar com as diferenças, aprender a refletir sobre as minhas próprias metodologias, postura e função social. Apenas, assim, percebi que conseguia motivar os alunos e transformá-los em cidadãos conscientes, ativos, autónomos, produtivos e participativos em termos sociais. Procuro, cada vez mais, tornar-me numa mediadora e facilitadora de aprendizagens, tentando estimular no aluno algo que o faça querer aprender e compreender a importância dessa aprendizagem. Propostas de trabalho cooperativo, que visam alcançar a aprendizagem através do método da descoberta e de projetos individuais ou em grupo, são apenas algumas das estratégias que, cada vez mais, procuro implementar e dinamizar. Camões lembrava, e bem, que “todo o mundo é composto de mudança”. A realidade indubitável é que a sociedade muda e que os alunos mudam também com ela. Por que razão, então, não deveria o ensino de mudar também?

Mudar e inovar no ensino são, hoje, prioridades. Desde a organização das escolas às competências que queremos ver desenvolvidas. O recurso às tecnologias da informação e da comunicação apenas, *per si*, não fazem milagres. Já o uso que fazemos delas, sim! Aí entra o papel do educador, aquele que deve proporcionar a tarefa, definir os objetivos, guiar o trabalho ao longo do seu processo de desenvolvimento e avaliar. Os alunos de hoje são verdadeiro ativos digitais. No entanto, têm dificuldade em refletir, em selecionar, em particularizar, ou seja, é-lhes difícil “pensar” de forma autónoma. A missão inovadora do professor deve ser, cada vez mais, ajudar a construir o percurso de cada aluno, conduzindo-o ao sucesso. Deve criar oportunidades de construir conhecimento, passíveis de implementar na nossa sala de aula, através de práticas pedagógicas diferenciadoras diárias.

Cabe, igualmente, ao educador gerir outros conflitos inerentes à complexidade dos alunos: as famílias ausentes e distantes e os alunos que, por gosto ou necessidade, são

trabalhadores-estudantes e já não têm tanta disponibilidade para a escola. Cabe também ao professor a tarefa de personalizar o ensino. Além de preparar, acompanhar, gerir as tarefas e avaliar consoante o seu público-alvo, deve criar estratégias de resposta, mantendo regras e níveis de exigência.

***Don't be the same, be better!*** Assim resumo o que desejo para a cultura e clima de escola onde, de momento, exerço a minha atividade docente, a Escola Profissional de Salvaterra de Magos. O professor pode não conseguir mudar totalmente o que enfrenta, mas tem a obrigação de encontrar estratégias para gerir a sua atividade de fazer aprender. O professor é o agente principal da mudança e da operacionalização. Em última instância, é aquele que a coloca em prática e que a concretiza, diretamente com os seus alunos.

Para reforçar esta minha tese, muito têm contribuído as reflexões no âmbito do autodidatismo e a multiplicidade de formações que tenho frequentado, designadamente a Oficina de Formação, que foi dinamizada pela doutora Luísa Orvalho, consultora do SAME, da Universidade Católica do Porto, “(Re)Aprender a ensinar e avaliar no ensino profissional: o saber em ação”, na Escola Profissional de Salvaterra, onde sou professora desde 2006.

## Referências bibliográficas

AZEVEDO, J. (2007). *Ensino Profissional: como transformar um sucesso num fracasso?* Disponível em <http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/1176672768issional-Out%202007.pdf>, [consultado em 03/04/2016].

BALANCHO, M. E COELHO, F. (1994). *Motivar os alunos – Criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*. 1ª Edição. Lisboa: Texto Editora – Coleção Educação Hoje.

FREIRE, P. (1991). *A educação na cidade*. 1ª Edição. São Paulo: Cortez Editora.

NEVES, M. (2011). *Não os desiludas – histórias de escola*. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte.

PERRENOUD, P. (2002). *Aprender a negociar a mudança em educação*, Prefácio de António Nóvoa. 1ª Edição. Porto: Edições Asa

TOMLINSON, C. e ALLAN, S. (2002). *Liderar projetos de diferenciação pedagógica*. 1ª Edição.

Porto: Edições Asa - Coleção Práticas Pedagógicas

TOMLINSON, C. (2008). *Diferenciação Pedagógica e Diversidade. Ensino de Alunos em Turmas com Diferentes Níveis de Capacidades*. Porto: Porto Editora.

NÓVOA, A. (2012). *Docência e Mediação da Aprendizagem*, vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PM3upGLWOEE> [consultado em 03/04/2016].



## Missão: Professor – chegar a todos e a cada um



**Margarida Caldeira<sup>10</sup>**

Este testemunho refere-se à reflexão final que fiz após a conclusão da oficina de formação “(Re)Aprender a ensinar e avaliar nos cursos profissionais: o saber em ação”, com uma carga horária de cinquenta horas, vinte e cinco presenciais e vinte e cinco em trabalho autónomo, orientada pela Professora Luísa Orvalho, Doutora em Ciências da Educação, da Universidade Católica do Porto, na Escola de Serviços do Oeste – ESCO, em Torres Vedras.

Nesta oficina, foram abordadas temáticas desde a génese da estrutura modular do ensino profissional e as suas implicações neste modelo de ensino, passando pela reflexão sobre o que é ensinar, aprender e avaliar, diferenciação pedagógica, projetos integradores, diversificação de instrumentos de avaliação, planificação de aulas, articulação curricular e avaliação formativa, até à definição de critérios gerais e específicos de avaliação.

Este leque alargado de temáticas levou-me a refletir sobre a minha função de professora, a pôr em causa uma série de crenças e linhas orientadoras e a desconstruir muito do que tinha como certo na minha atividade profissional, para depois construir de novo. Esta é provavelmente a grande mais-valia individual desta formação, o fazer-me sair da minha zona de conforto onde, necessariamente e por força da passagem dos anos e da experiência, acabei por me instalar. É verdade que tenho tido a preocupação de experimentar novas pedagogias, que tenho tentado incorporar na minha atividade como professora, procurando sobretudo colocar-me na posição de reguladora de aprendizagens, muito mais do que transmissora, uma vez que as aprendizagens são feitas de forma mais produtiva, tendo em

---

<sup>10</sup> Professora de Português / Diretora de Turma / Apoio à Direção Técnico-Pedagógica, na ESCO – Escola de Serviços e Comércio do Oeste, Torres Vedras

conta o nosso público-alvo. Ainda assim, esta oficina veio obrigar-me a olhar o próprio ensino profissional e os seus fundamentos de outro prisma.

No que concerne à ESCO, a oficina levou-nos à realização de um diagnóstico, uma análise SWOT,

do próprio funcionamento da escola e à elaboração de um plano de melhoria que, a meu ver, nos levou a evoluir em alguns aspetos bastante importantes.

Gostei particularmente de trabalhar a questão dos projetos integradores de forma estruturada e mais objetiva, enquadrando disciplinas da área sociocultural e científica que poucas vezes participavam no que antes fazíamos como Projetos de Ano.

No que diz respeito à avaliação, julgo que teria sido benéfico que tivéssemos explorado mais em conjunto as questões relativas a esta temática. De facto, se é certo que em grupos de trabalho autónomo foi possível refletir, estruturar e adaptar os projetos que tínhamos a projetos verdadeiramente integradores, a verdade é que a questão da avaliação, nomeadamente os critérios de avaliação, é bem mais complexa e a mudança que nos era exigida era muito maior, pelo que fez falta uma reflexão conjunta e algumas orientações mais precisas para que pudéssemos fazer um trabalho mais produtivo.

Gostaria ainda de destacar que a modalidade de trabalho colaborativo deu-me muito prazer e é fácil de se conseguir nesta escola, porque naturalmente se entra num espírito de partilha construtiva e numa importante reflexão conjunta, faltando apenas os momentos para que isso aconteça com maior frequência. Nesta linha, a participação da diretora e da diretora técnico-pedagógica constituiu-se como um elemento motivador, salientando o sentimento de pertença e de espírito de equipa que caracteriza a nossa escola.

Por fim, não posso deixar de assinalar o seminário final da formação que foi fruto de trabalho colaborativo intensivo num curto espaço de tempo e cujo resultado final me fez, mais uma vez, ter orgulho em pertencer a esta equipa.

Globalmente e em jeito de balanço, posso dizer que a ESCO e a sua equipa de professores internos ganhou uma maior consciência da necessidade de, cada vez mais, olharmos os nossos alunos como indivíduos com necessidades, ritmos e formas de aprendizagem diferentes, que exigem de nós um esforço também ele cada vez maior na diversificação de estratégias e instrumentos, no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, devemos manter sempre um olhar crítico sobre a nossa prática pedagógica e aberto à mudança, sob pena de irmos “perdendo” alunos pelo caminho. O sucesso dos

nossos alunos depende deles, mas também depende muito de nós e da ação que exercemos como mediadores entre eles e os conteúdos. Para que sejamos verdadeiramente professores do século XXI, temos, de facto, de chegar a todos e a cada um, só assim a escola será uma instituição que promove o sucesso.

Torres Vedras, 04 de novembro de 2015

## A necessidade da formação de professores...



**Lígia Manuela Duarte Magalhães<sup>11</sup>**

Às vezes é preciso parar para refletir. A escola dos nossos dias já não é a mesma de há 30 anos atrás. Os alunos que nos chegam também eles são diferentes e têm necessidades diferentes, mas os professores continuam a ser os mesmos (?).

São tantas as fontes de informação disponíveis e é tão fácil a elas ter acesso que, forçosamente, o papel do professor terá de ser diferente, de modo que o essencial seja formar jovens autónomos, responsáveis, criativos, com espírito de iniciativa e de autocrítica para que eles próprios sejam capazes de participar ativamente na construção do seu próprio conhecimento, orientados pelos seus professores.

Fatores como o aumento do número de alunos por turma, o aumento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, a cada vez maior diversidade cultural, obrigam a que a escola responda a estes desafios, criando condições para que todos, quer os alunos, quer os professores se sintam motivados.

Com todas estas transformações nas escolas, há uma cada vez maior necessidade de formação contínua, que permita aos professores atuar em situações tão diversas. O professor deve ser capaz de mobilizar o conhecimento para agir e tomar decisões em situações reais, ao inovar, ao refletir, ao analisar, ao questionar-se, o que concorrerá para uma prática pedagógica inovadora (Santos, 2013).

Na Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento (EPACSB), por se sentir a necessidade de valorização profissional e para solucionar alguns problemas, nomeadamente o reduzido trabalho colaborativo entre os professores, foi proposta, a todos os professores da escola, a frequência da Oficina de Formação “*(Re)Aprender a ensinar e avaliar nos cursos profissionais: o saber em ação*”, no âmbito do protocolo com o SAME|FEP – Católica Porto. A realização desta oficina coincidiu com o período de reformulação do Projeto Educativo (PE)

---

<sup>11</sup> Professora de Biologia e Adjunta do Diretor da Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento -S. Tirso

contribuindo assim para que fossem tidos em conta neste documento alguns aspetos debatidos e refletidos nas sessões.

Depois de uma análise ao trabalho desenvolvido pelos professores na nossa escola, verificamos que o défice de trabalho em equipa, a falta de articulação/integração curricular entre as três componentes do plano de formação dos cursos profissionais e a pouca diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação formativa e formadora, surgiam como problemas prioritários com os quais nos devíamos preocupar e para os quais queríamos encontrar estratégias que nos permitissem resolvê-los.

O trabalho de projeto foi um dos temas abordados nesta oficina, apresentando-se como uma ferramenta que responderá a alguns dos problemas que as escolas enfrentam atualmente, como é o caso da desmotivação dos alunos e da falta de trabalho em equipa por parte dos professores. Ao elaborar um projeto integrador, parte-se de um problema que é comum e de interesse para os alunos e cuja resolução passará por domínios das diversas disciplinas envolvidas.

Assim, o projeto integrador surge como uma forma de organizar o trabalho docente e gerir o currículo do ensino profissional, assumindo-se de extrema importância, na medida em que motiva e orienta os alunos ao longo do ano e do curso, mostrando-lhes que o conjunto das aprendizagens que fazem em todos os módulos/disciplinas/área curricular fazem sentido e segue um caminho que os leva a ser melhores cidadãos e profissionais preparados para trabalharem num mundo que “já não recompensa as pessoas apenas por aquilo que sabem - o Google sabe tudo – mas por aquilo que conseguem fazer com isso” (Andreas Schleider, 2016) <sup>12</sup>. No decorrer da oficina, foi-nos possível desenvolver alguns projetos integradores que demonstraram ser uma estratégia motivadora quer para alunos, quer para professores e que permitiu a todos os intervenientes o desenvolvimento da criatividade e o espírito de colaboração. Por acreditarmos que este é mais um instrumento que nos ajudará a superar algumas das dificuldades que vínhamos a sentir, surge no nosso PE reformulado, a proposta e o compromisso de trabalhar por projetos de aprendizagem, e da realização de um projeto integrador por turma /ano (incluindo todas as componentes de

---

<sup>12</sup> Andreas Schleicher, OCDE, Director for Education and Skills “Education and Social Progress”, como orador convidado na Conferência Currículo para o Século XXI: competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos, realizada em 30 de abril de 2016, na Fundação Calouste Gulbenkian.

formação) como uma medida a implementar neste ano letivo, no sentido de promover o trabalho colaborativo entre os professores e formadores.

O seminário que se realizou no início do ano letivo 20015-2016, em setembro de 2015, no final da formação, serviu para mostrar a todos os professores da escola o trabalho que tinha sido desenvolvido pelo grupo de professores participantes para que, mesmo quem não frequentou as sessões, se apercebesse da necessidade de alterar metodologias, de diversificar estratégias, de mudar mentalidades, de mudar práticas de ensino, de reconhecer a importância e a necessidade da **formação contínua** orientada para o reforço dos projetos curriculares integradores que promovam a melhoria da qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos do ensino profissional.

Acredito que não podemos impor estas mudanças nas práticas pedagógicas de cada professor se ele não estiver predisposto à mudança, no entanto, torna-se mais fácil, ao partilharmos boas práticas, que estes se apercebam da necessidade urgente de mudar.

O impacto desta oficina de formação foi e é perceptível a muitos níveis na nossa escola e veio demonstrar aquilo que Nóvoa (2009) referiu sobre “a importância de conceber a formação de professores num contexto de responsabilidade profissional, sugerindo uma atenção constante à necessidade de mudanças nas rotinas de trabalho, pessoais, coletivas ou organizacionais”. Embora ainda estejamos a dar os primeiros passos, já se sente na nossa escola a necessidade de partilhar experiências. A entreajuda e o trabalho colaborativo são agora uma realidade cada vez mais presente na EPACSB.

Seguem-se, de uma forma resumida, alguns dos **exemplos de projetos integradores** desenvolvidos por nós.

**“Taleigos culturais”**<sup>13</sup> - Projeto integrador desenvolvido pela turma do 1º ano do curso Profissional Técnico de Restauração – Variante Restaurante/Bar, no ano letivo 2014/2015. O seu principal objetivo foi despertar a curiosidade dos alunos e alargar a sua perspetiva sobre os produtos endógenos de cada região. Os taleigos<sup>14</sup> foram construídos tendo como base o conhecimento das características particulares de uma região, de modo a que estas fossem reavivadas e reconhecidas como a expressão da ontologia de um povo (Magalhães, 2015).

---

<sup>13</sup> (árabe *ta'lliqa*, saco, bolsa)

Este projeto envolveu disciplinas das três componentes do plano curricular do curso: Português, Matemática e Tecnologia Alimentar.



Figura 1- Apresentação final do projeto “Taleigos culturais”.

**“Os fabulosos anos 80”** – Projeto integrador desenvolvido pela turma do 2º ano do curso Profissional Técnico de Restauração – Variante Restaurante/Bar, no ano letivo 2015/2016. Este projeto teve como principal objetivo conhecer a cultura da década de 80 (domínio político; social; económico; artístico) aplicando esse conhecimento na preparação de um evento temático (decoração, serviço e entretenimento).

Este projeto envolveu as disciplinas de Inglês, Economia e Serviço de Restaurante Bar.

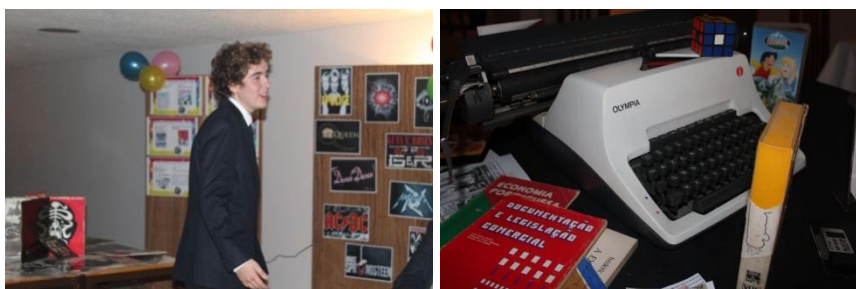


Figura 2 – A decoração do espaço com motivos dos anos 80.



Figura 3 – A animação e o serviço de restaurante.

**“Experiências Turísticas”** – Projeto Integrador desenvolvido pelas turmas do 2º e 3º ano do curso Profissional Técnico de Turismo Ambiental e Rural, no ano letivo 2015/2016. Como objetivos principais deste projeto salientam-se: Reconhecer e importância do poder da comunicação; Contactar com o mundo do turismo; Desenvolver competências



profissionais na área da produção de eventos; Promover a colaboração dos alunos do curso de Turismo. Como produto final foi realizado um seminário subordinado ao tema “O poder da comunicação”.

O projeto envolveu vários módulos das disciplinas de Técnicas de Acolhimento e Animação, Geografia, Inglês e Português.



Figura 4 – O cartaz do projeto e a visita ao Parque da Devesa intitulada “Comunicação na Paisagem”



Figura 5 – Imagens do seminário “O poder da comunicação”





Figura 7 – Experiências partilhadas

**“Tradições conventuais nos hábitos alimentares tirsenses”** – Projeto integrador desenvolvido pela turma do 1º ano do Curso Profissional Técnico de Restauração – Variante Cozinha/Pastelaria. Este projeto tem como objetivo principal recriar a doçaria conventual tirsense.

O projeto envolveu vários módulos das disciplinas de Serviço de Cozinha e Pastelaria, Comunicar em Inglês, Francês, Área de Integração, Economia e Tecnologia Alimentar.



Figura 8 – Visita ao convento de St.ª Escolástica



Figura 9 – Reconstrução dos patéis jesuítas

## Referências Bibliográficas e Webgrafia

Magalhães, L. (2015). Projeto Integrador para o Curso Profissional Técnico de Restauração – Variante Restaurante/Bar. *Caderno Desafios Trans\_Formação*, 11: 36-53. Porto: SAME | Católica Porto. Disponível em:

[http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/SAME/Cadernos\\_Desafios\\_11%281%29.pdf](http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/SAME/Cadernos_Desafios_11%281%29.pdf) [consultado em 05-04-2016]

Nóvoa, A. (2009). *Para uma formação de professores construída dentro da profissão*. Disponível em: [http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf) [consultado em 05-05-2016]

Santos, M. (2013). *Formação contínua de professores em contextos laborais colaborativos - seus reflexos nas conceções e práticas profissionais*. Tese de Doutoramento. Instituto de Educação: Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/conferencia-curriculo-para-o-seculo-xxi-competencias-conhecimentos-e-valores-numa-escolaridade-de-12> [consultado em 05-05-2016]

## Matemática, o positivo do saber!



**Lúcia Maria Correia Fradinho<sup>15</sup>**

Neste testemunho, pretendo partilhar as minhas angústias como professora do ensino profissional, mas essencialmente as minhas “vitórias”. Quando me foi distribuído o serviço letivo há três anos e nele constavam só turmas do ensino profissional fiquei perplexa. Os estereótipos implantados sobre o ensino profissional em relação à disciplina que leciono – Matemática – eram vários e apoderaram-se de mim, estava perante um desafio que iria certamente vencer.

No início, foi difícil observar a desistência de alguns alunos face à Matemática, ouvir constantemente “Não vou acabar o curso por causa da disciplina de Matemática”, “a Matemática não serve para nada. Mas para quê Matemática neste curso?” Levou-me a longas reflexões e a alteração de metodologias e de estratégias de ensino pois estava ciente de que os alunos precisavam de reconhecer a importância da Matemática para o desenvolvimento do seu saber.

O programa da disciplina de Matemática no ensino profissional (de 2004/2005) é constituído por um conjunto de módulos e cada um tem a seguinte estrutura: 1. Apresentação, 2. Competências Visadas, 3. Objetivos de Aprendizagem, 4. Âmbito dos Conteúdos, 5. Situações de Aprendizagem/Avaliação, 6. Bibliografia/Outros recursos, mas a forma como o interpretamos e fazemos o seu desenvolvimento curricular é fundamental para desenvolver, ou não, as competências, em cada aluno, para serem capazes de usar a aprendizagem matemática na vida quotidiana, e principalmente no mundo de trabalho.

O incentivo à minha reflexão e partilha com outros professores de como ensino matemática aos alunos, surgiu no Dia Aberto da Escola, quando a Doutora Luísa Orvalho esteve presente numa sala de aula onde se encontrava uma parede dedicada à Matemática – **Matemática ... para que serve?! – Problema de quotidiano<sup>16</sup>**, com trabalhos realizados pelos alunos, mostrando como a complexidade da Matemática se torna afinal simples quando aplicada a situações do dia-a-dia. A participação na Oficina de Formação “(Re)Aprender a ensinar e avaliar no ensino profissional: O saber

---

<sup>15</sup> Professora de Matemática da Escola Secundária com 3º ciclo de Albergaria-a-Velha.

<sup>16</sup> No *Desafios 11 – Cadernos de trans\_ formação - julho de 2015*, encontra-se o testemunho, “Matemática ... para que serve?! – Problema de quotidiano”, pg. 21 – 35.

em ação”, dinamizada com a mestria da doutora Luísa Orvalho, veio reforçar, ainda mais, a minha forma de ser professora no Ensino Profissional, e a partir daí as minhas angústias passaram a ser cada vez menores, os meus alunos não desistiam de Matemática, os comentários negativos deixaram-se de se ouvir e a sua dedicação à disciplina começou a produzir frutos. Realizaram trabalhos cada vez com maior qualidade e sobretudo a alegria que os seus rostos imanavam a apresentá-los era contagiante, como as imagens seguintes documentam.



Figura 1 – Azáfama na montagem da parede com trabalhos do Módulo A6 - Taxa de variação

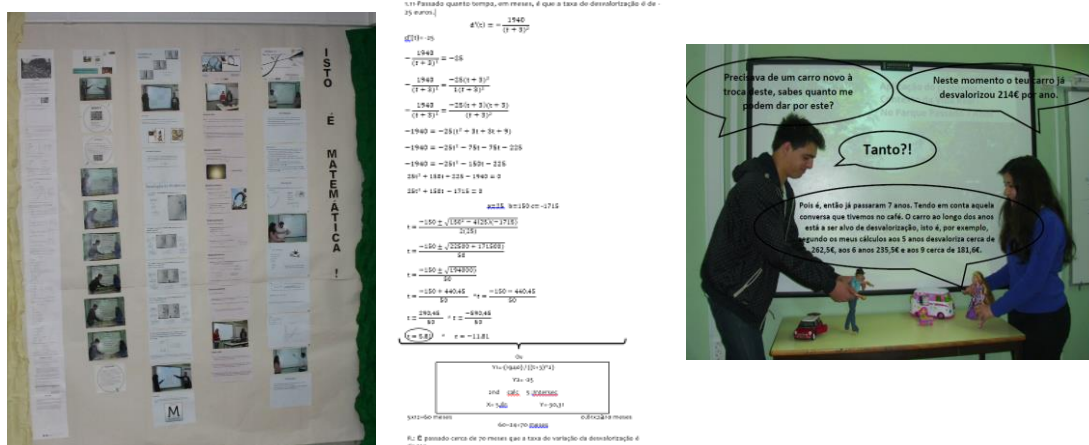


Figura 2 – Parede da sala dedicada a Matemática (do complexo ao simples)



Figura 3 – Alunos a apresentarem o seu testemunho no seminário final da Oficina de formação: “(Re)Aprender a ensinar e avaliar no ensino profissional: O saber em ação”, no auditório da ESJE



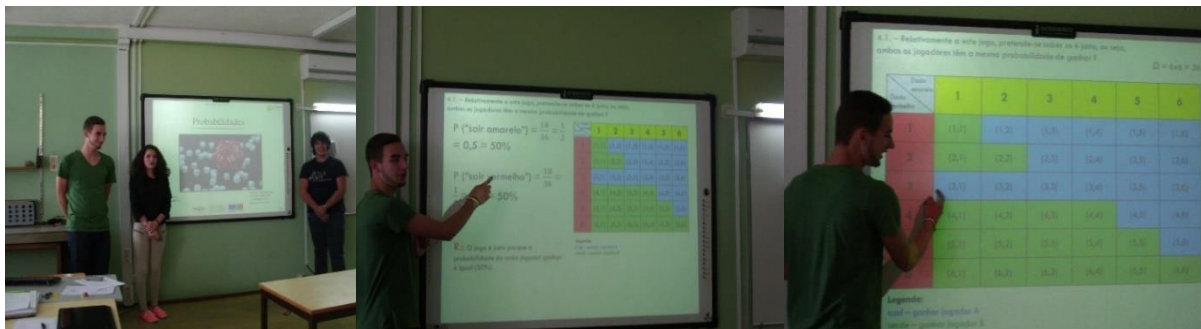


Figura 4 – Alunos a apresentarem o trabalho: “Probabilidades e o jogo de dados”  
do Módulo A7-Probabilidades



Figura 5 – Alunos a apresentarem o trabalho de “Probabilidades”. Na apresentação utilizaram o concurso “3 vezes” do Preço Certo que se realiza na RTP1, onde simularam o concurso com o apoio de dois colegas.

**VIVEIRO DE TRUTAS**

A melhor forma que encontramos para representar este exercício de probabilidades foi utilizarmos dois tupperware com água e peixes de plástico a representar as trutas. No primeiro tupperware apresentamos a primeira parte do exercício, com todas as trutas do viveiro e calcular a probabilidade do comprimento e do peso de uma truta. Para a segunda parte do exercício, utilizamos o segundo tupperware para representar as trutas que são trocadas para outro “aquário” por medirem mais de 29cm.








Figura 6 – Slide do trabalho “Probabilidades no Viveiro de trutas” e simulação da determinação da probabilidade.



Figura 7 – Ambiente de sala de aula, alunos muito atentos e interessados a assistirem à apresentação dos colegas.

As conclusões referidas pelos alunos no final dos trabalhos do *módulo A7-Probabilidade* são reveladoras da proficuidade de trabalharem desta forma, conforme os excertos de algumas dessas conclusões:

Ao realizar os dois problemas propostos pela professora, percebemos que este tipo de problemas, relacionados com probabilidades, podem ser aplicados em várias situações do quotidiano (Testemunho do aluno Nelson Sousa).

Ao longo da elaboração deste trabalho, entendemos que a matemática é realmente importante para perceber certas situações do quotidiano, por exemplo, para facilitar a realização de concursos (Testemunho da aluna Virgínia Nunes).

Desta forma permite-nos desenvolver mais capacidades de apresentação e igualmente, percebemos melhor como funciona a matemática, nomeadamente, a probabilidade no quotidiano (Testemunho da aluna Rafaela Mendes).



Figura 8 – Alunos a apresentarem os trabalhos do Módulo A8 - Modelos discretos “As sucessões e os fractais”

Neste trabalho podemos concluir que em qualquer situação do nosso dia-a-dia encontramos Matemática, como num jogo de dados e até numa creche (Testemunho da aluna Marlene Gonçalves).

Alguns destes trabalhos envolveram cálculos longos e até por vezes “complexos”, como mencionado num dos trabalhos dos alunos Adelaide Antão e Luís Pires:

Com este trabalho conseguimos aprofundar os nossos conhecimentos sobre os fractais, aplicando-os na prática a sucessões.

Através da realização do mesmo, percebemos que as nossas maiores dificuldades foram os cálculos e a escolha do tema referente aos mesmos.

Na internet, a informação disponibilizada era diversa, contudo, conseguimos canalizá-la e utilizámos apenas a que nos pareceu pertinente.

Na nossa opinião a realização do trabalho foi difícil, mas permitiu-nos explorar situações que não apareceriam se realiza-se-mos um teste escrito.

Os alunos referiam-se a cálculos como os que se seguem no **Triângulo de SIERPINSKI**:

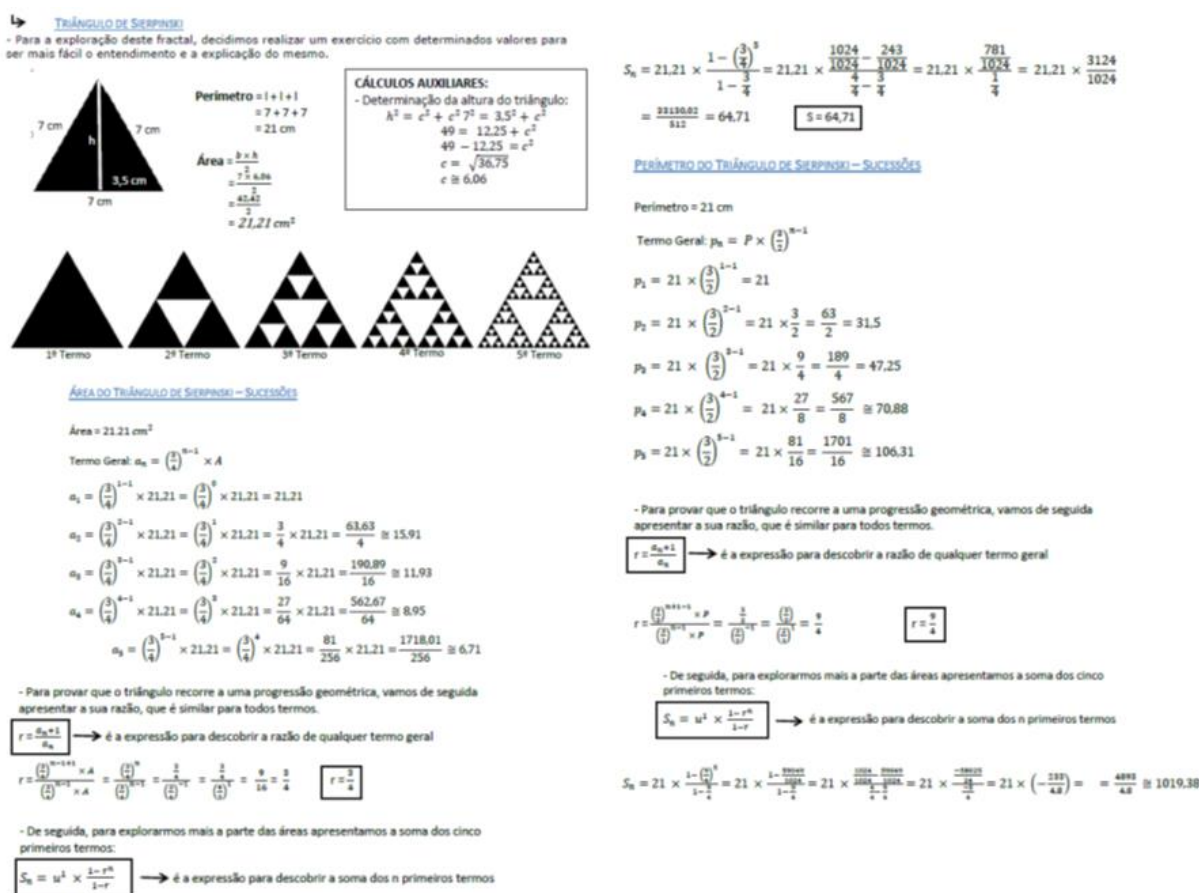


Figura 9 – Utilização do Triângulo de Sierpinski para mostrar conceitos teóricos de sucessões.

## As Sucessões e os Fractais

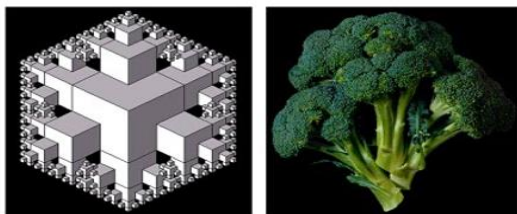


Figura 10 – Um excerto de uma capa de um dos trabalhos, sobre Sucessões e Fractais pela particularidade de ter escrito “O Monstro da Matemática” (capa do trabalho das alunas Ana Mortágua e Tatiana Lopes)

## Conclusão

Ao realizarmos este trabalho apercebemo-nos cada vez mais que a Matemática está mesmo inserida na Natureza, inclusivamente nos alimentos que nós consumimos.

Podemos assim dizer que a Matemática enche-nos muitas vezes a barriga!



Figura 11 – Conclusão do trabalho sobre Sucessões e Fractais

Quanto ao caminho que devemos seguir para capacitar os alunos com competências Matemática e promover a qualidade das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos ainda é longo e parece infinito (símbolo matemático  $\infty$ ), mas acredito que estamos a dar passos seguros no caminho certo. Neste mundo em constante mudança, a taxa de sucesso na disciplina de Matemática, nos cursos profissionais, tem vindo a aumentar, mas para mim o mais aliciante é ver crescer o gosto e a dedicação dos meus alunos pela disciplina de Matemática, e esse é ... o positivo do saber!



## **Superjovens da Escola Profissional Raul Dória**



**Ana Cláudia Barbosa<sup>17</sup>**



**Natália Nogueira<sup>18</sup>**

Sendo um dos objetivos do Ensino Profissional “Prestar serviços educativos à comunidade na base de uma troca e enriquecimento mútuos”, a Escola Profissional Raul Dória deu “asas” a um projeto de voluntariado, que permite que os jovens envolvidos, assim como toda a comunidade escolar, se sintam mais ricos.

Os SuperJovens levantaram voo em setembro de 2013 e é, desde essa altura, que se empenham, com vontade e determinação, na conquista de um lugar ao SOL no universo do voluntariado. Trata-se de um grupo coordenado por duas professoras: Ana Barbosa e Natália Nogueira e supervisionado pela diretora pedagógica, Laura Rocha.

O sonho destes alunos é MUDAR o MUNDO e TRANSFORMÁ-LO num lugar sem preconceitos, onde cada um tenha espaço para mostrar as suas vivências, as características que os torna ÚNICOS e capazes de partilhar e de crescer enquanto seres humanos, pertencentes a uma sociedade civil que se rege por princípios de equidade, tolerância, justiça e respeito.

Não nos podemos conformar, quando estes ideais são corrompidos ou ultrapassados, gerando desentendimentos...A humanidade não pode ser encarada como uma TORRE de BABEL, temos de lutar com o intuito de melhorar o mundo à nossa volta, correndo desenfreadamente atrás da máxima de Fernando Pessoa: “Querendo quero o INFINITO...”.

---

<sup>17</sup> Professora da Escola Profissional Raul Dória, Coordenadora dos SuperJovens

<sup>18</sup> Professora da Escola Profissional Raul Dória, Coordenadora dos SuperJovens

Este grupo de trabalho voluntário é constituído por Super-Heróis de carne e osso que têm a audácia de querer mudar o mundo, mesmo sem superpoderes, apenas com persistência, audácia, imaginação e perseverança. Trata-se de um núcleo de alunos irreverente, crente e confiante num mundo despido de preconceitos e que sonha com o dia em que toda gente tenha liberdade de escolha e equidade no acesso a oportunidades.

Este grupo de jovens nasceu numa turma do 2º ano do Curso de Secretariado, em setembro de 2013, e resolveu dar continuidade ao projeto de voluntariado no ano letivo seguinte, espalhando superpoderes por toda a comunidade escolar, angariando PRÓ-VOLUNTÁRIOS, PRÓ-COLABORADORES ou simplesmente PRÓ-APOIANTES. Para além de colocarem em prática conhecimentos adquiridos em algumas disciplinas mais técnicas, principalmente os que se prendem com o atendimento, a comunicação e a assessoria a eventos, desenvolvem valores para viver e trabalhar em sociedade, competências desenvolvidas nas disciplinas como a Área de Integração, Psicologia e Sociologia.



**Figura 1** – Grupo SuperJovens

Contudo, o ciclo de estudos para esses jovens terminou, mas deixaram a “semente” a germinar. Assim, outros jovens foram “contaminados” e o grupo, este ano letivo, está maior e ainda mais dinâmico, trabalhando com várias instituições, como: “Casa do Vale”, “Centro Social Senhora do Calvário”, “Casa do Caminho”, “Casa de Cedofeita”, “Casa”, “Animais de Rua”, “Make-a-Wish”, quer pontualmente, através de campanhas de angariação e de sensibilização, quer de uma forma mais contínua, nomeadamente no que diz respeito ao apoio a idosos e confeção e distribuição de alimentos aos sem-abrigo.

Nós acreditamos que todas as ações de voluntariado ajudam os alunos a serem MAIORES e a darem o melhor que cada um tem dentro de si: qualidades ou talentos, às vezes desprezados ou esquecidos ao longo do percurso da vida dos jovens. Temos a convicção de que estes jovens não serão os mesmos no final de cada missão e que a conduta de vida que os pautará será baseada em alicerces de respeito pelo outro, tolerância, partilha e generosidade.

As nossas atitudes alinhadas no mesmo sentido podem tornar-se virais e todos nós conseguiremos mudar o mundo de alguém sem superpoderes. O nosso compromisso com a sociedade tem obrigatoriamente que representar um investimento no outro, sem medo de intromissão e com uma necessidade urgente e emergente de uma revolução de VONTADES entre os jovens voluntários para que estes não se esqueçam de que têm o poder de, JUNTOS, transformar o mundo.

O nosso projeto reúne vontades e tem o “descaramento” de querer provar que jovens oriundos de meios desfavorecidos socialmente, com famílias disfuncionais e monoparentais, com carências afetivas e económicas, conseguem dar-se aos outros e ajudar a solucionar problemas existentes na sociedade (identificação e o lema de que eu ajudo-me, ajudando!).

Ao trabalhar com outros jovens, crianças, idosos, sem-abrigo, cujas vidas não têm sido fáceis, os nossos Superjovens sentem que realmente podem fazer a diferença na vida de alguém, o que é, por si só, um grande objetivo alcançado.

## A reintegração social do detido num Estabelecimento Prisional

A Escola e o seu papel ressocializador.



**Orquídea Maria de Carvalho Sucena Martins<sup>19</sup>**

**Jorge Miguel da Rocha Gonçalves<sup>20</sup>**

Existe um mundo lá fora com pessoas verdadeiras, com problemas autênticos que habitualmente se dirigiam a instituições reais, ambicionando as melhores soluções e em tempo razoável.

Historicamente a Sociologia apresenta uma versão rude e fria do Direito já que considera que ele existe quando a validade da ordem jurídica é garantida exteriormente pela probabilidade de uma coação física ou psíquica que aplicada por uma instância, force ao respeito e puna a violação daquela ordem. Por outras palavras o elemento determinante do conceito de direito seria afinal a existência de uma instância de coação, e o Direito seria visto como um instrumento de controlo social eficaz.

Ora, a nós toca-nos especialmente o pensamento filosófico pelo qual não é possível uma noção de direito sem nos referirmos á questão da justiça (ethos). O direito é seguramente uma ordem de referência e até de conveniência humana com um sentido – o da justiça. Efetivamente a coação não específica, não caracteriza o direito no plano do “ser”, não o determina no seu conteúdo, não faz parte da sua essência.

O ideal de Justiça é o verdadeiro sentido do Direito e, ao afirmá-lo não negamos a sua existência numa realidade histórica determinada, a sua vigência e a necessidade de lhe fornecer eficácia.

Um conjunto de normas norteadas para a realização da justiça mas sem vigência positiva, não é, pelo menos, direito positivo. À vigência de uma lei pode ser indispensável a

---

<sup>19</sup> Professora do Agrupamento de Escolas de Aveiro

<sup>20</sup> Professor do Agrupamento de Escolas de Aveiro

coercibilidade, daí que o direito suponha em princípio uma sanção positiva, sabemo-lo, mas aquela não sendo da essência do Direito, é da sua natureza.

Sejamos claros, a validade do direito não depende da sua coercibilidade.

É pois o Estado que define a ordem jurídica através da sua função legislativa e judicial e tem a nobre tarefa de a defender dos ataques contra eles desferidos. Tal ocorre quando o Homem pratica atos ilícitos de natureza civil ou criminal. Quando aquele é particularmente grave porque ofende as condições essenciais da vida social e provoca alarme e perturbação sociais, quando põe em perigo o pacífico desenvolvimento da vida coletiva, esse ato é considerado crime ou delito.

O Direito Penal entre nós e na maioria dos países é dominado por dois princípios que representam inequivocamente garantias da liberdade individual contra o possível arbítrio do Estado, a saber: - *nullum crimen sine lege* e *nulla poena sine crimine* - (nenhum crime sem lei e nenhuma pena sem crime) e, nestes termos o Direito Penal é constituído pelo complexo de normas que regulam os crimes e as penas, e bem assim as medidas de segurança a que estão sujeitos os infratores cuja perigosidade subsiste para além do cumprimento da pena, ou aqueles que sendo inimputáveis, são todavia socialmente perigosos.

Ora, quando nos referimos à finalidade do direito penal, dizemos que este serve para retribuir um certo mal que foi cometido, ou de modo diferente servirá para prevenir que as pessoas cometam crimes. Na doutrina penalista um fim de mera retribuição, está necessariamente ligado a uma ideia de castigo ou punição, enquanto o objetivo da prevenção geral (de integração positiva) se concretiza quando a pena permite a prazo o “restabelecimento da ordem exterior da sociedade” (Carrara citado por Figueiredo Dias – *Apontamentos de Direito Penal*, Coimbra, página 23) e, com a prevenção especial pretende-se evitar que alguém que tenha sofrido uma sanção penal venha no futuro a cometer outro crime. Classicamente para se conseguir este objetivo ou a pessoa era segregada (presa ou morta) ou a pessoa era recuperada, ressocializada.

Não esqueçamos, que a mera imposição de uma pena representa, desde logo, uma grave diminuição dos direitos individuais, nomeadamente o direito à liberdade, daí que esta imposição exige a realização de algum dos fins que lhe atribuem.

A conjuntura política e ideológica que privilegiava as chamadas teorias absolutas ou de retribuição tiveram o seu tempo nas épocas seiscentista e setecentista pelas quais, o fim da pena fundava-se na ideia de que aquela consubstanciava um mal, que haveria de ferir o

criminoso inevitavelmente, como algo previamente estabelecido e legitimado pelo direito, em consequência de uma falta culposa do criminoso.

A justificação para a imposição desse mal realizaria uma necessidade de justiça “a pena é um imperativo categórico de justiça” (Kant – Metafísica dos costumes) que corresponde ao velho princípio taliónico “olho por olho, dente por dente”.

Apesar do seu brilhantismo especulativo, hoje não é tarefa de Hércules criticar esta tese e negar a sua exequibilidade. Por um lado, com a ideia de retribuição não se cumpre a função do direito penal, que é a proteção subsidiária de bens jurídicos fundamentais, já que na imposição da pena não estão finalmente presentes quaisquer fins sociais; por outro, a proteção de bens jurídicos fundamentais não exige em absoluto, a imposição de uma sanção penal, já que tal objetivo pode efetivar-se nomeadamente impondo um dever de indemnizar a quem lese culposamente; portanto, a ideia de que se pode compensar ou anular um mal com outro mal é um puro ato de fé irracional. Finalmente, são claramente indesejáveis consequências político-criminais da teoria da retribuição, na medida em que uma execução da pena que parte do princípio da imposição de um mal, não tem condições para constituir uma “terapia adequada”.

Ora, no extremo oposto à teoria da retribuição, encontramos a teoria da prevenção especial: fazemos nossas as palavras de Protágoras – ninguém pune o delinquente, só porque ele cometeu uma injustiça, a não ser, aquele que como um animal irracional, se procura vingar logo uma punição racional consiste num “castigo” com vista ao futuro, para que o delinquente não volte a cometer injustiças.

As ideias de prevenção especial tiveram a sua época nos finais do século XIX. A realização dos objetivos de prevenção especial, obter-se-iam através de um sistema de prevenção gradual que começaria com um processo de intimidação e somente como “última ratio”, a privação da liberdade para aqueles delinquentes que se mostrassem insensíveis à correção, à ressocialização ou até à intimidação. Pouco tempo após os primeiros considerandos desta teoria, surgiram críticas contundentes, na medida em que nela não se encontra um princípio para a medida da pena, podendo tornar-se a sua duração claramente indeterminada, até à efetiva ressocialização do delinquente. Igualmente se constatou, a ineficácia desta teoria para delinquentes que não necessitem de processos de ressocialização como autores de crimes de forma negligente ou delinquentes ocasionais,

que, cometam crimes de pouca gravidade ou ainda em delinquentes que cometam crimes contra a humanidade.

Os filósofos iluministas encarariam esta tese como uma ofensa à dignidade humana não se vê como é que um sistema jurídico se dá ao direito de pretender educar e corrigir homens adultos. Estas críticas não desvalorizam a contribuição positiva da teoria de prevenção especial, na medida, em que chamou a atenção para a pessoa do delinquente e para a necessidade de evitar que a execução da pena acentue nele os fatores antissociais.

Depois de exaustivamente ter criticado os critérios de retribuição, a doutrina, no período que vai do imediato pós-guerra (1945) até aos primeiros anos da década de sessenta, cria um ideal – nasce uma nova política criminal com o propósito de ressocialização. Efetivamente as correntes doutrinárias progressistas denunciam não só as más condições das instituições prisionais, como criticam o próprio sistema prisional, acreditando nas possibilidades de transformação e melhoria do homem. O humanismo reacende-se, desta vez na Criminologia.

Num estado de direito material de cariz social e democrático, a compreensão dos fundamentos, dos limites e do sentido da pena, deve arrancar de uma conceção penal - preventiva integrada, ligada institucionalmente a uma pena de culpa, que deve ser executada no sentido de socialização do delinquente. Hoje, nas modernas sociedades democráticas e pluralistas, a pena não é o resultado de qualquer processo metafísico, como aceitavam as doutrinas absolutas de cariz retributivo e expiatório, mas é só expressão de uma amarga necessidade, num mundo de seres imperfeitos, como são os homens.

A sua imposição baseia-se, por isso, exclusivamente em necessidades de prevenção geral ou especial. Enquanto a ideia de culpa deve continuar a considerar-se pressuposto, embora já não fundamento da aplicação da pena; como forma de limitação do poder estadual e consequentemente garantia da liberdade das pessoas.

Apesar da experiência carcerária ter uma eficácia criminógena que é reconhecida hoje, pela generalidade da doutrina (Dias, Jorge de Figueiredo: 1983), recentemente, o pensamento de ressocialização entrou em crise, até ao ponto de ser corrente a ideia da queda do mito da ressocialização.

Através de estudos criteriosos a nível estatístico nos Estados Unidos e nos países nórdicos constatou-se que as enormes somas investidas em estabelecimentos modelares de



ressocialização, nomeadamente na terapia social, não corresponderam a uma sensível diminuição da taxa de reincidência.

Efetivamente, após a teorização de Goffman sobre as instituições totais, os ideais de reabilitação e ressocialização intramuros alteraram-se; o que normalmente ocorre na sociedade carcerária é na sua expressão uma desculturação, que consiste na perda de capacidades naturais para uma convivência em comunidade, em liberdade.

Esta desculturação é acompanhada por um processo de enculturação ou prisonização que significa um processo de aprendizagem e interiorização de valores, lealdades e técnicas de cariz subcultural.

Consideramos, como grande parte da doutrina, que, educar para a liberdade em condições de não liberdade é totalmente ineficaz. Desde as investigações de Clemmer em cadeias americanas nos anos quarenta do século XX, ficou provado que a vida na prisão se caracteriza pelo aparecimento de uma subcultura própria – a comunidade carcerária onde se aprende e se aperfeiçoa a carreira de “como ser criminoso”, desenvolvendo-se no recluso uma sensibilidade antissocial. Mas Szasz (1961) critica igualmente todas as formas coativas de tratamento psiquiátrico, máxime o internamento em clínica psiquiátrica, tratamento de cariz coativo.

A doutrina italiana, nos anos 70 do século passado por sua vez, surpreendem -nos com a seguinte observação “não são tanto os delinquentes que devem ser reeducados, mas sobretudo a sociedade punitiva, que é o mesmo que dizer a sociedade classista, burguesa e capitalista que deve ser revolucionariamente transformada” (Estudos de Sessan, Bergalli e Muñoz Conde e sobretudo de A. Baratta, 1976, p. 342).

A moderna criminologia anuncia a crise da ideia de ressocialização e grande parte da doutrina defende a denominada “relegitimação” da socialização que se deve obter não de uma forma coativa mas sim “na cultura da transação, da participação e do consentimento” sendo aqui que se procura igualmente” a relegitimação do Penal (Rodrigues, Anabela Miranda, 2002, p. 50).

Esta nova socialização continua a ser uma função do nosso Estado de Direito que se pretende mais solidário que reelege como princípio de orientação o respeito pelos direitos fundamentais do homem que impõe o dever de auxílio por exemplo em relação ao recluso, que substitui o homem isolado pelo homem pessoa.



Sejamos claros, o ideal de socialização não pode estar em causa porque este é o melhor para prevenir males futuros, para minimizar a estigmatização, para proporcionar a reintegração na sociedade e finalmente para desencorajar a reincidência.

Mas em termos de justiça penal deve assegurar-se igualmente um regime processual diversificado, diferenciado, previsivelmente de carácter dualista, com soluções céleres e consensuais e simplificadas para a pequena e média criminalidade e soluções formais, ritualizadas para o crime violento ou grave.

Acreditamos que uma política criminal deve abranger a opção descriminalizadora em âmbitos criteriosamente definidos ou despenalizadores em outros concretos tipos de comportamento e, ainda, um programa de diversão aplicado em circunstâncias estudadas com cuidado. Só assim é possível a criação de uma civilização moderna, mas principalmente humanista e tolerante.

Em vez de se perguntar como na criminologia tradicional ou positivista – porque é que as pessoas cometem crimes, passa a perguntar-se – porque é que certas pessoas são estigmatizadas como delinquentes e quais as consequências dessa estigmatização.

A nós, parece-nos realista que o legislador tente controlar a situação, “divertindo” do sistema penal as infrações de menor relevo ético -social e paralelamente liberte os recursos para o tipo de criminalidade, onde estes se mostram necessários; na verdade as investigações da criminologia da seleção demonstram que é utópico esperar que as instâncias formais de controlo respondam, com eficácia, a todas as condutas legalmente puníveis.

Esta nova criminologia denominada de seleção, contribui decisivamente para a “dessacralização do sistema penal, relativizando o seu significado num contexto de um sistema social que tem ao seu dispor outras formas de indução da conformidade,”(Dias, Jorge de Figueiredo, 1983, pp. 7 e ss), referimo-nos a formas de justiça no interior de empresas , ou das sanções aplicadas pelas gerências das lojas, supermercados ou armazéns de venda direta ao público, até aos sistemas jurídicos alternativos, com destaque para as sanções civis ou as do direito das contraordenações.

A primeira preocupação da política criminal, é a resposta “ao quê” da punibilidade, a sua extensão e limites e, neste sentido a política criminal deve sempre colocar ao direito penal as seguintes limitações “que só intervenha com os seus instrumentos próprios de atuação, onde se verifiquem lesões insuportáveis das condições comunitárias essenciais, de

livre realização da personalidade de cada homem” (Dias, Jorge de Figueiredo, 1983, pp. 6 e ss).

É a própria investigação criminológica a concluir que, relativamente a certos tipos de delinquência, o seu tratamento, através de penas criminais ou de reações análogas, provoca uma “eficácia recuperadora menor do que aquela que é conseguida por formas de tratamento não criminal máxime por formas de tratamento psíco - terapêutica ou por formas de assistência social não criminal” (Dias, Figueiredo, 1976, pp. 69-98).

No que diz respeito a casos de potencial descriminalização alertamos, sem dúvida a casos de marginalismo delinquente – vadiagem, e também a alguns casos de acidentes de viação. O processo de descriminalizador não transforma o comportamento ilícito numa maneira de agir social e moralmente aprovada, significa sim, que, a luta contra a delinquência tem necessariamente vários programas, várias técnicas, várias reações.

Nomeadamente nos casos referidos, parece-nos inconveniente e inútil continuar a vê-los como passível de reações criminais, sem prejuízo de poderem ser objeto de sanções de outro tipo (sanções civis ou administrativas) ou de providências sociais sem carácter sancionatório (providências médicas ou de assistência social).

Paralelamente, há uma “necessidade crescentemente sentida de procurar meios de diversão dos delinquentes (conhecidos ou potenciais) que permitam evitar os efeitos negativos da estigmatização e da deterioração da identidade, próprios do sistema de justiça e correção”(Dias, Figueiredo, 1976, pp. 69-98) . Neste sentido existem, pois, duas formas de despenalização que atendem aos efeitos negativos e criminógenos das reações tradicionais: “*a radical non -intervention*” e a diversão. (T. Empey, pág. 1100).

Quanto à primeira, constitui uma solução que se destina aos jovens delinquentes e constitui uma maximização das margens da tolerância e de pluralismo cultural, evitando a conflitualidade gratuita e de carácter criminal, estreitando-se e fortalecendo-se os laços entre os jovens e a sociedade convencional. Deste modo reduz-se a delinquência juvenil; mas esta forma implica a criação de uma sociedade mais justa e igualitária e ainda a existência de um sistema de justiça que a juventude tenha apetência para a respeitar. Este sistema de justiça terá necessariamente que ser menos paternalista, tutelar e hostil que o atual.

Quanto à segunda forma – denominada de “diversão” o que se pretende “é mobilizar todos os recursos da comunidade para fazer face ao crime, sem ter de recorrer aos labeus

que estigmatizam o delinquente e lhe tornam difícil a escolha de uma carreira não delinquente” (C. Schrag, pp. 738).

O conceito de diversão surgiu nos EUA, nos finais da década de 60 (CF juvenile delinquency and youth, crime task force report, the president’s 1967). Este conceito, encerra uma tentativa de solução de um conflito jurídico-penal fora do processo normal de justiça penal, isto é, de um modo desviado face aquele procedimento. Referimo-nos às situações conflituais e sua possível resolução que tenham lugar antes da determinação ou declaração da culpa, ou antes da determinação da pena. Impõe-se igualmente que as duas instâncias de controlo formal, sejam a polícia e o Ministério Público e que o infrator participe voluntariamente em uma qualquer forma de programa extrapenal.

O fim da pena só pode ser um fim de prevenção, para que as normas possam cumprir as suas funções que são a proteção da liberdade individual e da ordem social, daí que as prevenções geral e especial devem conviver e a pena ministrada na condenação em concreto deva ser adequada a atingir ambos os fins. O objetivo ressocializador só é conseguido em colaboração com o delinquente (obedecendo assim a imperativos constitucionais – artigos 1º, 2º, 18 e 25 do CRP), e aquele deverá sentir-se sensibilizado no programa ressocializador, durante a execução da pena.

Especialmente no momento da execução da pena, ao impor-se ao condenado um certo “conteúdo sancionatório”(Dias, Augusto da Silva, 1986, pp. 39-40), o fim da pena é indiscutivelmente de prevenção especial, pondo-se ao serviço do arguido todos os meios possíveis, que, de algum modo, permitam a sua reinserção social.

A culpa constitui sempre um fundamento irrenunciável da aplicação de qualquer pena; daqui concluímos, que a execução da pena deve visar a socialização do delinquente, no entanto, esta tem que ser dissociada de qualquer modelo médico; da ideologia de tratamento coativamente imposto; não pode pôr em causa o “direito à diferença” do delinquente.

A finalidade da execução da pena, tem um sentido mais nobre, já que, do que realmente se trata, é de proporcionar ao delinquente “o máximo de condições favoráveis, ao prosseguimento de uma vida sem praticar crimes e o seu ingresso numa vida conformada com o dever -ser jurídico-penal.” (Dias, Jorge de Figueiredo, 1983, p. 5) (A.I.10).

Não é pois defensável uma ideia de ressocialização sem limites, pois em especial, em sociedades democráticas, existem restrições: – por um lado, existem áreas de criminalidade

(crime de white color, terrorismo, ou a outro nível crimes de ocasião) em relação aos quais, não tem sentido falar de ressocialização, por outro, aquela faz-se para evitar a prática de futuros crimes e não de condutas imorais ou associas. Parece-nos pois claro, que o estado não tem que decidir qual o modo de vida mais apropriado para o indivíduo, nem tem qualquer legitimidade para manipular a personalidade do delinquente, no sentido de a converter numa personalidade conforme o direito.

A política ressocializada, vale para o Estado, como uma obrigação decorrente da ideia de Estado de Direito Social, tendo deste modo, uma função constitucional.

O nosso código penal adotou este ideal ressocializador concretamente, no abaixamento generalizado dos níveis de penas de prisão vigente no direito anterior, o alargamento do número de crimes puníveis exclusivamente ou em alternativa com multa e a procura sistemática de alternativas não detentivas para penas curtas de prisão e a liberdade condicional, e, finalmente, o número significativo de crimes cujo procedimento depende de queixa.

Ainda neste âmbito, é nossa convicção que dentro dos pressupostos jurídico-constitucional próprio do estado de direito material, de intenção social, não há alternativa para o dever de ajuda e de solidariedade, em que se traduz o mandamento político-criminal da socialização do delinquente.

A pena de prisão deve constituir a “última ratio” da política criminal e a sua aplicação deve ser limitada de forma mais exigente, obedecendo aos princípios da necessidade, da proporcionalidade e da subsidiariedade. Isto supõe que a nossa legislação penal possa prever uma maior diversificação possível das sanções penais diferentes da prisão e uma obrigação para o magistrado judicial, que, na decisão, entre uma sanção detentiva e outra não detentiva concretamente aplicáveis, opte pela última, sempre que “ela se mostre suficiente para promover a recuperação social do delinquente e satisfaça as exigências de reprovação e de prevenção do crime” (Dias, Jorge de Figueiredo. 1983, pp.5 e ss).

Devemos sublinhar, o mandamento constitucional presente no nº4 do artigo 30, pelo qual, nenhuma pena deve envolver como efeito necessário a perda de direitos civis, profissionais ou políticos, o que representa uma implicação direta da tendência político-criminal que defendemos.

Uma das formas de desenvolver uma política ressocializadora e de reintegração social é cada recluso no seu estabelecimento prisional poder frequentar Cursos de Formação

Profissional. Para além do fornecimento de conteúdos com o sentido pragmático e de visualização profissional, cada recluso/ aluno sente-se numa situação de paridade com os seus “colegas” estudantes fora da reclusão, sendo que essa posição poderá permitir uma nova vida no futuro. Essa situação de paridade como que contraria a tradicional posição de Império do Estado em relação ao cidadão e da própria Lei em relação a indispensável reintegração do condenado recluso na sociedade.

O Agrupamento de Escolas de Aveiro é a Escola associada responsável pela formação escolar dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Aveiro. Proporciona a frequência escolar de todos os ciclos de ensino básico e secundário, na modalidade de Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos. Nomeia para essa formação, uma equipa de professores dedicados que fazem muito mais do que lecionar e certificar aprendizagens e que se sentem privilegiados pela oportunidade de experiência enriquecedora a nível profissional e humano, que lhes é proporcionada. Dão preferência à estratégia do “Projeto Integrador” uma metodologia pedagógica interdisciplinar, constituída por sessões conjuntas – com os formandos dos vários níveis de ensino – para desenvolvimento de um tema e realização de um trabalho. O objetivo é a integração curricular dos conhecimentos adquiridos nas aulas e a mobilização de saberes/capacidades individuais na sua realização. Partilha e aplicação de conhecimentos que contribuam para a concretização de um projeto comum. A colaboração dos professores das várias áreas de competência e também a integração, que fazem na equipa pedagógica, de outros colegas já aposentados, que disponibilizam a sua experiência e o seu saber aos projetos que se pretendem concretizar. Um deles, professor aposentado de Educação Visual, especialista em cerâmica e na arte da produção e decoração de azulejo, vem ajudar na construção dos trabalhos que concretizam com muita arte, os temas que se vão desenvolvendo. Outras pessoas, profissionais ou reconhecidamente competentes nas áreas de conhecimento ou experiência que podem constituir ajuda às temáticas, são convidadas e participam nas discussões, expondo conhecimento, realizando trabalhos, enriquecendo e motivando, ajudando sempre ao crescimento de todos. O trabalho em equipa, permite maior envolvimento do corpo docente, maior articulação de conhecimentos das várias áreas, maior participação dos formandos, e sobretudo melhora o conhecimento entre todos e estimula a promoção de valores como a partilha, o respeito pelos outros, e o espírito de grupo tão necessários para uma melhor integração na sociedade. Melhora a autoestima, e provoca, sobretudo aos formandos de níveis de

escolaridade mais baixos, a vontade de participar, porque se sentem valorizados e capazes de se integrarem no grupo dos que “sabem mais” e por isso parecem ser mais considerados na sociedade. E é a observação de reações espontâneas de entreaajuda, de solidariedade entre todos, de alegria pelos sucessos que entusiasma os docentes e os discentes acreditando que a reintegração social do detido num Estabelecimento Prisional é possível, e que a Escola tem um importante papel ressocializador. E episódios como o que aconteceu na preparação da Festa de Natal, e que se repetem a cada novo projeto, são a prova da importância e valor desta forma de “ensinar”. Nos dias antes da “Festa de Natal”, nas sessões de preparação, que criam sempre oportunidade para tantas conversas sobre tantas coisas com interesse e tantas mensagens transmitidas, os formandos do nível secundário convenceram um colega do 1º Ciclo a ir ler um poema na apresentação. Esse formando, que pouco mais que juntar as letras era capaz, timidamente sorriu, como que a desejar ser capaz, mas com medo. Este homem, que talvez nunca tenha tido nada nem ninguém, encontrou ali na escola que a prisão proporciona, um espaço para se sentir importante e capaz. E os outros, sentiram que são capazes de ajudar, de motivar. E todos aprenderam que o trabalho em equipa é a base da integração e da sociedade onde todos têm lugar e o direito de participar de forma construtiva.

Estas estratégias que se procuram implementar, porque parecem ser as mais adequadas à realidade de formação no Estabelecimento Prisional são de grande exigência de recursos humanos, de recursos materiais, de tempo e de criatividade. E no que se refere a materiais, a maior parte é de difícil acesso e muito limitada a sua utilização dados os constrangimentos inerentes à situação de prisão. E só é possível obter sucesso quando a equipa pedagógica se dedica de forma quase incondicional, ultrapassando em dedicação, as limitações que o tempo letivo e as condições de trabalho obrigatoriamente impõem. As limitações de espaço físico e de materiais autorizados são aspetos que só se ultrapassam com muita criatividade e, pode até dizer-se, generosidade. A facilitar o nosso trabalho contamos com o apoio da direção do Agrupamento que manifesta sempre grande confiança e até orgulho no trabalho que desenvolvemos no EP, assumindo sempre também como seu este desígnio educativo, acarinhando-o, empurrando, disponibilizando, tornando-o nuclear no seu Projeto Educativo. Articulamos também de forma muito próxima com os serviços de educação, de vigilância e direção do EP, também sempre disponível e muito participativa em todas as atividades da escola, procurando, todos juntos, contribuir da melhor forma possível

para a reinserção social que se pretende para todos os reclusos e que é a meta que nos propomos atingir enquanto professores numa prisão.



Figura 1 - O “nosso” colega aposentado, ajuda a construir a palavra NATAL em barro.



Figura 2 - As decorações de Natal feitas de barro e já prontas para cozer na mufla.



Figura 3 - A propósito do “Dia dos Namorados”, falar de amor que por vezes se transforma e “Violência Doméstica”.



Figura 4 - A mufla que coze os trabalhos de cerâmica construídos e os azulejos decorados.



Figura 5- Trabalhos realizados para expor e oferecer no Dia do Patrono da Escola Secundária Homem Cristo. Mensagens, reflexões, histórias de vida





Figuras 6 e 7 – As mensagens escritas pelos formandos para os alunos da Escola Secundária Homem Cristo, no Dia do Patrono. As aves em *origami* simbolizam a liberdade que se quer conquistar. E foram penduradas nas árvores da cidade para chegarem a toda a gente.



Figuras 8, 9 e 10 – O “livro de mensagens” que construíram, com folhas de papel reciclado e capa com rolinhos de jornal, para receber mensagens do exterior no dia do Patrono da escola Homem Cristo.



Foto 12 – O Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão, também escreveu no “livro de mensagens”.

## Referências Bibliográficas

A.I.5) Dias, Figueiredo – “Lei criminal e controlo da criminalidade. O processo legal-social da criminalização e descriminalização” ROA, ano 36, Lisboa, Janeiro – Dezembro 1976. Páginas 69 – 98. Conferir: “A reforma do direito penal português”, pág. 41. Dias, Figueiredo, onde como anotação: “o reconhecimento da verdade plenamente intuída por S. Tomás de Aquino, Summa Theologia 1ª, 2ª 9.96, art.2 e que o leva a afirmar que a lei humana não pode proibir e punir todas as más acções pelo que, alegando a autoridade de Sto. Agostinho, é preciso em nome da própria moral respeitar as leis que sob pretexto ideal, provocam maiores males do que aqueles que pretendem prevenir.

A.I.6) Parece- nos fundamental salientar os estudos de Clemmer “The prison community”, 1940 e de Sykes “The society of captives”, 1958.

A.I.7) – Etimologicamente essa expressão significa tornar algo ou alguém inofensivo, mas em termos de politica criminal consiste na manutenção na prisão pelo máximo tempo possível de um grupo selecionado de delinquentes nomeados pelo seu alto grau de perigosidade. Responsabilidade por certos crimes, previsão que vão continuar a comete-los Miranda Rodrigues, Anabela - Globalização (...).Página 36, conseguindo-se deste modo uma redução acentuada da criminalidade.

A.I.9) - Recordo uma obra de ficção cinematográfica de Kubrick denominada “Laranja mecânica” na qual o realizador “mobiliza toda a simpatia para um jovem irrecusavelmente mau, mas vítima de um processo terapêutico de normalização em benefício de uma sociedade aparentemente respeitável” (Dias, Jorge de Figueiredo,1983, pág. 5).

A.I.10) - Esta nova concepção de prevenção geral radica nos estudos de Andenaes “General prevention revisited: research and policy implications”, The journal of criminal law and criminology, 1975, pág. 338 e “Theory and practice of general prevention through threatning enforcement and execution of punishment” relatório apresentado ao colóquio sobre Teoria e prática della prevenzione generale dei reati (Milan, 1979).

A.I.11- Este expediente revela “um sentido pragmático, uma determinação da humanização da justiça e do direito pela via de sancionamento e reconhecimento formal, dos interesses reais da vítima” o legislador fez depender de queixa o procedimento da generalidade dos crimes contra a honra, os crimes sexuais e a privacy [Cej. Jornadas de direito criminal. O novo código penal português e legislação complementar – fase I]. a inclusão do plasmado nos artigos 53, nº3, 70, 72 e 90, nº1, do Código Penal; os artigos 1º, 13, nº1, e 25 da nossa Constituição e ainda a Lei de Execução de Penas (DL nº 265/70 de 1 de Agosto) especialmente o mencionado nos artigos 63, nº4, e 83 e ss.

A.I.12) - Deve afirmar-se que em meados da década de 70 do nosso século XX, várias vozes mostraram o seu desagrado pelas atuais tendências de descriminalização, nomeadamente J. Pinatel, que, considerou o processo de descriminalização como “sintoma de uma sociedade doente que parte o termómetro para não ter que reconhecer a sua doença” – referido por G. Kellers “La décriminalisation”, pág. 269. Revue de droit pénal e de criminologie, 51, 1973/74.

## ETAP, uma Escola das Empresas e para as Empresas!



**Direção da ETAP de Pombal<sup>21</sup>**

As escolas tendem a disponibilizar áreas de formação em função dos seus recursos, quer humanos quer em termos de equipamentos e instalações. Porém, este critério introduz uma elevada rigidez da oferta formativa e, nos termos com que a formação é ministrada, não compaginável com a velocidade das mudanças tecnológicas - e consequente evolução das competências exigidas - bem como com a velocidade das alterações que vão ocorrendo no mercado de trabalho, fruto da expansão ou contração de cada setor de atividade.

A construção de um ambiente interativo, com recurso ao estabelecimento de parcerias, nomeadamente com empresas da região, potencia o alcance de benefícios mútuos entre as partes envolvidas, permitindo que as empresas consigam influenciar, de forma positiva para a satisfação das suas necessidades, as opções das escolas em termos de oferta formativa, que os alunos possam garantir, com maior facilidade, a integração no mercado de trabalho e que as escolas sejam "obrigadas" a repensar as próprias práticas pedagógicas.

A **ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal**, primeira escola profissional do país, tem dado passos largos no sentido de adaptar a sua missão a esta realidade através de várias ações, de que são exemplo as seguintes:

### **Integração de 40 das principais empresas da região na estrutura acionista**

Integração na sua estrutura acionista de mais de 40 das principais empresas da região, ficando estas com a maioria do capital social da entidade proprietária da escola e integração no conselho de administração de vários empresários. Este modelo tem como objetivo

---

<sup>21</sup> Jorge Vieira da Silva é o Diretor Geral e João Paulo Lopes é o Diretor Pedagógico da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal.

transportar para a formação dos alunos a experiência e o conhecimento do mundo empresarial, bem como aumentar os níveis de empregabilidade.

### **Integração na oferta formativa de cursos adaptados às necessidades da região**

Na ETAP, a escolha de cada novo curso visa criar novas oportunidades para que os jovens possam ter um emprego com perspetivas de futuro, mais produtivo e, por isso, melhor remunerado, na nossa região. A melhor forma para atingir esse objetivo é a aposta em cursos que, podendo ser exigentes em termos de investimento em equipamentos, denotem uma grande necessidade e procura por parte das empresas. Foi nesse contexto que a ETAP adicionou à sua oferta formativa de cursos profissionais, em 2014, o curso de Técnico de Transformação de Polímeros, e em 2015, o curso de Técnico de Programação e Maquinação em CNC.

Face à representatividade existente na região da indústria dos moldes e dos plásticos e da indústria da mecânica de precisão, sectores que se encontram em franca expansão, e ao facto de a ETAP ser, praticamente, a única escola profissional com a oferta destes cursos nos dez municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal de Leiria, a empregabilidade inerente aos mesmos é praticamente total. Por outro lado, a ETAP possui condições únicas de aprendizagem, em termos de instalações e equipamentos, para ministrar estes cursos, ao disponibilizar aos seus alunos uma área de cerca de 200 m<sup>2</sup> com um conjunto de equipamentos que reproduzem o ambiente fabril da indústria de transformação de polímeros, bem como na área da maquinaria.

### **Novas e estratégicas parcerias**

Na ETAP, a procura de novos parceiros, que permitam melhorar a oferta formativa e robustecer a qualidade com que é ministrada, é uma aposta constante. São vários os exemplos dessas parcerias, que se podem encontrar ao nível dos cursos profissionais, onde a ETAP tem vindo a contar com a parceria da empresa Iber-Oleff, SA (maior empregador privado do concelho de Pombal), na criação das melhores condições para a ministração do Curso de Transformação de Polímeros, ao nível dos cursos de aprendizagem, através da parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e ao nível da formação de curta duração dirigida às empresas e profissionais através da parceria com o ISQ - Instituto de

Soldadura e Qualidade. Além destas, a ETAP tem neste momento protocolos com mais de 100 empresas que, todos os anos, recebem alunos em Formação em Contexto de Trabalho.

### Aulas práticas assistidas por técnicos de empresas parcerias

O ensino profissional é por excelência o tipo de ensino que mais adapta os alunos à realidade do mercado de trabalho. No entanto, isso apenas é possível quando as escolas estão próximas das empresas, proporcionando aos alunos um contacto direto com a experiência dos profissionais que laboram nessas áreas de formação. Foi com esta premissa que a ETAP passou a ter, em algumas aulas práticas, um profissional experiente na área da disciplina (além do professor da área técnica). Estes profissionais, embora não possuam experiência pedagógica, conseguem transmitir conhecimentos adaptados à realidade atual, contribuindo assim para uma formação mais completa e mais integral por parte dos alunos.

### Aposta clara no estímulo ao empreendedorismo

Os alunos da ETAP são, desde o início do primeiro ano, integrados em vários concursos de empreendedorismo que funcionam transversalmente a várias disciplinas. Esta envolvência tem-se revelado como uma enorme mais-valia na formação de um pensamento mais crítico, mais criativo e mais *“out of the box”* que é extremamente valorizado no mercado de trabalho. Esta clara aposta da escola, tem visto nascer vários projetos que se destacaram a nível regional e nacional, sendo disso exemplo:

**Escavadora giratória controlada através de android** (2º lugar no concurso APTIPRO 2015, com uma menção honrosa, e eleito para a Fase de Desenvolvimento da 12ª Edição do Prémio Fundação Ilídio Pinho "Ciência na Escola") - Consiste num chassi de um brinquedo com componentes mecânicas construídas para o efeito, bem como o motor e toda a parte hidráulica e eletrónica. Para controlo do equipamento foi desenvolvida uma aplicação que permite que as operações sejam feitas através do sistema *Android*.

**Smart Motard Jacket** (projeto vencedor do Concurso Intermunicipal de Ideias 2016 promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria) - É um casaco que, através da tecnologia LED e sem fios, permite sinalizar, nas costas do motociclista, as manobras de condução do seu veículo (pisca e travagem). Foi o projeto vencedor do Concurso Intermunicipal de Ideias 2016.

**Lagar de azeite automatizado** (Projeto eleito para a Fase de Desenvolvimento da 13ª Edição do Prémio Fundação Ilídio Pinho, "Ciência na Escola") - É uma máquina autónoma, doméstica e de pequenas dimensões, que permite realizar todos procedimentos necessários à produção manual de azeite.

**QUICK DRY-Secador de corpo** (Projeto finalista a nível nacional do concurso de empreendedorismo da Junior Achievement Portugal) - É um secador de corpo a instalar em balneários de ginásios, SPA's e nas casas de banho de hotel. Constituído por uma base e uma coluna vertical, onde está incorporado todo o equipamento elétrico.